

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARILIA MACCARINI LOURENÇO

UM ESTUDO REFERENTE ÀS MUDANÇAS OCORRIDAS NA
LEGISLAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

CRICIÚMA
2013

MARILIA MACCARINI LOURENÇO

**UM ESTUDO REFERENTE ÀS MUDANÇAS OCORRIDAS NA
LEGISLAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: prof. Fabrício Machado Miguel

CRICIÚMA

2013

MARILIA MACCARINI LOURENÇO

**UM ESTUDO REFERENTE ÀS MUDANÇAS OCORRIDAS NA
LEGISLAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Ciências
Contábeis da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Criciúma, 02 de Dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Fabrício Machado Miguel - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. Esp. Marja Mariane Feuser - Especialista - (UNESC)

Prof. Esp. Evandro Pirola Colombo - Especialista - (UNESC)

Dedico este trabalho em especial a minha família, pelo apoio, incentivo e compreensão, para a realização desta tão importante conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me iluminou nesta jornada tão desafiadora que foi a conclusão do curso.

Também aos meus pais e minha irmã por me dar forças todos os dias para que eu continuasse firme e não desistisse do meu objetivo.

Agradeço ao meu namorado Alexandre que tanto me apoiou e me ajudou desde o início deste trabalho.

Ao meu orientador Fabrício Miguel pelos momentos que dedicou a mim.

Aos meus colegas que conheci ao longo destes anos e que ficarão para toda a vida e a todos os demais professores que estiveram conosco nesta árdua jornada... por fim, o meu muito obrigado a vocês.

"Foi o tempo que dedicastes à tua rosa que a fez tão importante"
(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

LOURENÇO, Marília Maccarini. **Um Estudo Referente às Mudanças Ocorridas na Legislação do Microempreendedor Individual**. 2013, 95 p. Orientador: Fabrício Machado Miguel. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Criciúma - SC.

A criação da nova figura jurídica denominada de Microempreendedor Individual trazida pela Lei Complementar nº 128 de 2008, teve como principal objetivo a desburocratização dos procedimentos envolvidos na legalização de um empreendimento para evitar que pequenos empresários atuassem na informalidade. Esta medida instituída pelo Governo Federal trouxe também a diminuição da complexidade envolvida nas atividades de um empreendimento, além da redução da carga tributária no que diz respeito às demais empresas. Desta maneira, o fisco, além de almejar diminuir as atividades que ocorriam de maneira informal, tinha também como intuito aumentar a arrecadação dos tributos no país. Diante disso, graças aos benefícios oferecidos pelo programa do Microempreendedor Individual, muitos empreendedores que realizavam suas atividades sem estarem devidamente registrados conseguiram ter a oportunidade de legalizar-se perante o fisco. A fim de alcançar um maior número de profissionais registrados como MEI, houve por parte do Governo Federal algumas mudanças na legislação desta nova figura jurídica para que a mesma se tornasse mais atrativa aos olhos dos trabalhadores informais, e que incentivasse desta maneira que os mesmos decidissem sair da informalidade. O presente trabalho aborda portanto as mudanças ocorridas na legislação do Microempreendedor Individual, a fim de observar a relevância das mesmas. Deste modo, para obter as informações necessárias, foram utilizadas às pesquisas bibliográfica e descritiva, sendo que, através dos dados coletados realizou-se uma análise qualitativa para assim, alcançar os objetivos propostos. Entende-se que os mesmos foram alcançados, já que pôde-se analisar a relevância das mudanças impostas por lei perante o Microempreendedor Individual, além disso percebeu-se que a maioria foi de grande importância já que trouxeram grandes benefícios para os mesmos.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual. Informalidade. Mudanças. Legislação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 1	42
Figura 2 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 2	42
Figura 3 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 3	43
Figura 4 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 4	43
Figura 5 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 5	44
Figura 6 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 6	45
Figura 7 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 7	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relatório mensal de receitas brutas	36
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Benefícios previdenciários para o microempreendedor	31
Tabela 2 - Benefícios previdenciários para os familiares	31
Tabela 3 - Custos manutenção sobre salário do empregado	34
Tabela 4 - Ocupações incluídas pela resolução CGSN nº 78	60
Tabela 5 - Ocupações retiradas pela resolução CGSN nº 78	61
Tabela 6 - Ocupações incluídas e retiradas pela resolução CGSN nº 94	62
Tabela 7 - Inclusão de ISS em atividades pela resolução CGSN nº 94	63
Tabela 8 - Inclusão de ISS em atividades pela resolução CGSN nº 104	64
Tabela 9 - Recolhimento do INSS	66
Tabela 10 - Custo mensal de recolhimento de INSS.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDF	Autorização para Impressão de Documentos Fiscais
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCMEI	Certificado da Condição de Empreendedor Individual
CGSIM	O Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
CGSN	Comitê Gestor do Simples Nacional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPP	Contribuição Patronal Previdenciária
CSSL	Contribuição Social Sobre o Lucro
DAS	Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DASMEI	Documento de Arrecadação do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual
DASN-SIMEI	Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual
DBE	Documento Básico de Entrada
DUMEI	Declaração Única do MEI
Etco	Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
GFIP	Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social
GPS	Guia da Previdência Social
Ibre/FGV	Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
IES	Índice de Economia Subterrânea

ICMS Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

INSS Instituto Nacional do Seguro Social

IPI Imposto Sobre Produtos Industrializados

IRPJ Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica

ISS Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

MEI Microempreendedor Individual

PASEP Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIB Produto Interno Bruto

PIS Programa de Integração Social

PGMEI Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual

RAIS Relação Anual de Informações Sociais

RFB Receita Federal do Brasil

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIMEI Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional

Softex Sociedade Brasileira para Exportação de Software

TAE Taxa de Atividade Empreendedora Total

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 TEMA E PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 EMPREENDEDORISMO.....	19
2.2 INFORMALIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA	21
2.3 ASPECTOS GERAIS DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	23
2.4 DISPOSITIVOS LEGAIS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2008	25
2.4.1 Microempreendedor Individual	25
2.4.2 Enquadramento	27
2.4.3 Tributação do MEI	28
2.4.4 Recolhimento dos Impostos	29
2.4.5 Direitos Previdenciários	30
2.4.6 Contratação de Empregado.....	32
2.4.7 Obrigações Acessórias	35
2.4.8 Declaração Anual do Microempreendedor Individual	37
2.4.9 Desenquadramento	38
2.5 REGISTRO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	41
3 METODOLOGIA	47
4 MUDANÇAS OCORRIDAS NA LEGISLAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	49
4.1 LEI COMPLEMENTAR Nº 139/2011	49
4.1.1 Limite da Receita Bruta Anual.....	50
4.1.2 Emissão de Documento Fiscal.....	51
4.1.3 Alteração Cadastral e Baixa do Microempreendedor Individual.....	52
4.1.4 Contratação de Empregado.....	56
4.1.5 Seguridade Social	57
4.1.6 Obrigações Acessórias.....	58
4.1.7 Atividade Permitida	59
4.2 ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL	59

4.3 ALTERAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO MEI	65
5 POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	68
5.1 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246 DE 2011	68
5.2 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92 DE 2012.....	71
5.3 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2012.....	73
5.4 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125 DE 2013.....	76
6 CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXO A – Atividades Permitidas para o MEI.....	87

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho será evidenciada a figura jurídica do Microempreendedor Individual, criada pela Lei Complementar nº 128/2008, que tem como intuito facilitar a legalização de profissionais que se encontram na informalidade, sendo que o foco principal desta pesquisa será a relevância das mudanças ocorridas na legislação perante esta nova figura jurídica.

Neste capítulo serão demonstrados primeiramente o tema e problema, apresentando a importância do mesmo. Em seguida serão expostos os objetivos gerais e específicos a fim de alcançar o objetivo proposto neste trabalho e por fim a justificativa da pesquisa quanto ao tema abordado.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Com a grande carga tributária existente no Brasil, o trabalho informal cresce cada vez mais, pois para muitos o negócio não se torna viável, fazendo com que vários trabalhadores optem pela informalidade em busca de renda salarial sem a legalização do empreendimento.

A Lei Complementar nº 123/2006 trouxe muitos benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes do Simples Nacional, porém para o trabalhador autônomo mantinha-se a dificuldade da legalização do seu negócio devido aos gastos necessários para a regularização do mesmo.

Em consequência da não legalização, os trabalhadores informais fogem do controle do fisco conseguindo assim reduzir seus custos e obter o lucro desejado, deixando por sua vez de arrecadarem aos cofres públicos os impostos devidos e a contribuição previdenciária. Para reverter esta situação foi criada a figura do Micro Empreendedor Individual – MEI, com o intuito de motivar os trabalhadores a saírem da informalidade.

Instituído pela Lei Complementar nº 128/2008, o MEI entrou em vigor a partir do dia 1º de julho de 2009 e trouxe um estímulo à legalização para quem está na informalidade. A referida lei oferece benefícios e condições especiais para

trabalhadores que se encontram nesta situação, fazendo com que a regularização de um empreendimento para as pessoas que trabalham por conta própria seja algo acessível para a realidade em que as mesmas atuam.

A legislação do Microempreendedor Individual sofreu algumas alterações com a criação da Lei Complementar nº 139/2011, a referida lei instituiu novas facilidades para o MEI visando à continuidade no processo de simplificação das obrigações acessórias e trâmites burocráticos referentes ao empreendedor individual.

Conforme a Lei Complementar nº 128/2008, aplica-se ao MEI o que está disposto nas resoluções relativas ao Simples Nacional editadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Entretanto entraram em vigor algumas resoluções que também alteraram determinadas disposições que se referem ao microempreendedor individual.

Sendo assim será feito um estudo sobre a legislação do Microempreendedor Individual, e a partir dos dados obtidos procura-se responder a seguinte questão: Qual a relevância das mudanças ocorridas na legislação do Microempreendedor Individual?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar que mudanças ocorreram na legislação do Microempreendedor Individual e expor a sua relevância.

Para atingir o objetivo geral deste trabalho têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Expor as características do Microempreendedor Individual;
- Demonstrar os aspectos e obrigações exigidos pela Lei Complementar nº 128/2008 que instituiu o MEI.

- Apresentar as mudanças ocorridas na legislação perante a figura do Microempreendedor Individual com a criação da Lei Complementar nº 139/2011 e as Resoluções do CGSN que fazem menção ao MEI.
- Verificar a relevância das mudanças na legislação do Microempreendedor Individual.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a crescente velocidade no mundo dos negócios o MEI tem como objetivo alcançar pequenos empreendedores que se encontram na informalidade e que buscam um espaço no mercado.

A Lei Complementar nº 128/2008 trouxe para os trabalhadores autônomos a possibilidade da regularização de seus empreendimentos sem tanta burocratização. Trouxe ainda outros atrativos como as isenções ou reduções nas taxas e impostos, para buscar o interesse dos trabalhadores informais e fazer com que os mesmos decidam sair da informalidade e possam portanto serem reconhecidos como microempreendedores.

No Brasil muitos trabalhadores conseguiram se tornar profissionais regulamentados e saíram da informalidade graças a figura do Microempreendedor Individual. Conforme o Portal do Empreendedor, desde o ingresso da lei até outubro de 2013 cerca de 3.534.243 profissionais foram inscritos como empreendedores individuais. Esta realidade é de grande importância para o país, pois com a regularização desses empreendedores novos empregos são gerados, melhorando assim a economia do país e beneficiando por sua vez a sociedade.

O Governo Federal sancionou grandes e importantes modificações na lei geral de Micros e Pequenas Empresas com a criação da Lei Complementar nº 139/2011. Com a referida lei houve mudanças em relação à figura do Microempreendedor Individual, mudanças essas que resultaram em mais benefícios para os mesmos. Além disso, o Comitê Gestor do Simples Nacional também apresentou novas alterações em relação ao MEI definindo novas categorias de ocupação e mudança na incidência de ISS em atividades já permitidas.

Este trabalho tem como finalidade demonstrar aos profissionais que almejam montar um negócio as mudanças ocorridas na legislação em relação à figura do Microempreendedor Individual, já que ao formalizar um empreendimento é necessário por parte do empreendedor o conhecimento de todos os benefícios e principalmente as obrigações proporcionados por lei.

Sendo assim a justificativa deste trabalho é o de conhecer e apresentar as mudanças ocorridas na legislação perante a figura do Microempreendedor Individual, para instruir estes profissionais que pretendem se legalizarem como MEI, além de verificar a relevância das mesmas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será exposto o referencial teórico norteador desta pesquisa. Serão abordados temas como empreendedorismo, informalidade na economia brasileira e a legislação do Microempreendedor Individual.

2.1 EMPREENDEDORISMO

Tratando-se de uma era de tecnologia e informação o universo empreendedor se atualiza a cada instante, pois para que se abra um negócio ou se crie e execute um projeto é necessário ter criatividade e acima de tudo ser inovador.

Conforme Dornelas (2005, p. 39) “o empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades”.

Segundo Chiavenato (2005, p. 2) “o empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente.”

Segundo Salim et al (2004, p.1), “a decisão de abrir seu próprio negócio muitas vezes vai amadurecendo a partir de acontecimentos pessoais e circunstâncias que resultam na abertura da empresa.”

Com o aumento do índice de desemprego, sem alternativas, muitos trabalhadores decidem criar um novo negócio por iniciativa própria, pondo em prática um sonho antigo e passando por sua vez a idealizar novos objetivos para suas vidas.

Dornelas (2005, p.17) nos diz que “o termo empreendedorismo no Brasil tornou-se popular devido à preocupação com a criação de pequenas empresas e a necessidade da diminuição das altas taxas de mortalidade desses empreendimentos.”

Chiavenato (2005) afirma que “o empreendedor não deve apenas saber criar seu próprio empreendimento, deve também saber gerir seu negócio para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos

de seus investimentos.” Com isso conclui-se que a mortalidade prematura das empresas é ocasionada na maioria das vezes devido à falta de preparação existente por parte dos empreendedores em saber comandar um negócio.

No Brasil, “o movimento do empreendedorismo começou tomar forma na década de 1990, quando entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas para auxiliar na jornada empreendedora.” (DORNELAS, 2005, p. 26)

Desde o ano 2000, o Brasil participa de uma pesquisa realizada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que tem como foco principal o indivíduo empreendedor. A principal medida da GEM é a Taxa de Atividade Empreendedora Total (TAE) que indica a proporção de empreendedores na população adulta economicamente ativa entre 18 e 64 anos.

O SEBRAE disponibilizou em seu sítio eletrônico os resultados obtidos por esta pesquisa em relação ao ano de 2012. A mesma apresentou que em 2012 a TAE demonstrou que no Brasil 30,2% dos indivíduos da população eram empreendedores, ou seja, 36 milhões de brasileiros estavam envolvidos na criação ou administração de algum tipo de negócio.

Conforme a mesma pesquisa, a GEM apresentou que do período de 2002 a 2012 a taxa total de empreendedorismo passou de 20,9% para 30,2% respectivamente, obtendo um aumento de quase dez pontos percentuais. Isso foi possível devido ao crescimento do PIB no período em cerca de 4%, o que ocasionou a abertura de espaço para atividades empreendedoras.

O empreendedorismo é fundamental para que um país cresça e se desenvolva social e economicamente, pois com novas ideias surgindo consequentemente novos empregos serão gerados, melhorando assim a qualidade de vida da população, porém pode-se observar que não basta apenas criar algo novo para que o empreendedor seja bem sucedido, o mesmo deve saber gerir seu negócio para poder mantê-lo e obter o retorno desejado e alcançar o tão sonhado sucesso.

2.2 INFORMALIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA

A economia informal envolve as atividades que estão à margem da formalidade. Conforme Cleps (2009, p. 328), “o termo informal pode representar acontecimentos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscal, terceirização, comércio de rua ou ambulante, contratação ilegal de trabalhadores assalariados, trabalho temporário, trabalho em domicílio, trabalhador avulso, entre outros.”

Como visto acima, percebe-se que o trabalho informal possui várias definições, diante disto a expressão “trabalho informal” citada neste trabalho se referirá ao auto emprego, ou seja, o trabalho executado por conta própria, sem firma registrada e consequentemente sem o recolhimento dos impostos devidos ao governo dos serviços prestados.

Com o anseio de mudança e de se tornarem independentes financeiramente, muitos indivíduos aproveitam a forte experiência adquirida em um ramo de trabalho ao longo dos anos e em um momento de entusiasmo decidem iniciar seu próprio negócio. Esses empreendedores são movidos pelos seus sonhos, porém muitos desses profissionais se deparam com os custos para manutenção desses empreendimentos.

De acordo com De Soto (1987, p. 191) “do ponto de vista de uma atividade econômica, existem fundamentalmente dois momentos em que as pessoas avaliam sua relação com a formalidade: os custos ao acesso à atividade e os custos de permanência dentro dela”. Essa realidade faz com que muitos destes empreendedores optem por trabalharem na informalidade, pois os mesmos não possuem condições de arcarem com os desembolsos gerados pela grande carga tributária existente no Brasil e os gastos necessários para a regularização do negócio.

Tanzi (2009, p. 38) diz que “à medida que os níveis e alíquotas dos impostos aumentam, intensificam-se os esforços dos contribuintes para evitá-los e é maior a probabilidade de evasão fiscal por meio de transações não oficiais e não registradas.”

O autor afirma ainda que “a informalidade cresce proporcionalmente ao aumento dos impostos.” No Brasil este fato se dá devido à majoração das alíquotas dos tributos por parte do governo ao incrementar a carga tributária do país.

Conforme De Soto (1987, p. 15) “a legalidade é um privilégio que só se alcança mediante poder econômico e político, às classes populares não resta outra alternativa senão a informalidade.” Por isso muitos profissionais fogem da legalização, pois não possuem condições de arcarem com os custos do registro e manutenção do negócio.

Denomina-se a economia gerada na informalidade de subterrânea, e ela vem sendo cada vez mais uma alternativa por parte dos trabalhadores que atuam por conta própria, se tornando muito presente na economia Brasileira.

Não há uma definição em concreto para economia subterrânea, mas a expressão, desde logo, induz a algo que não é visível ou que está escondido. Podem considerar-se atividades de economia subterrânea aquelas que não fazem parte do aparelho legal e nacional de classificação das ocupações, sendo que, por essa razão, as mesmas, oficialmente, não existem, são subterrâneas; mas, por outro lado, as atividades e os atos de economia subterrânea estão sobretudo relacionadas com múltiplas situações ilícitas, de que são exemplos vulgares o emprego fiscalmente não declarado de assalariados, o emprego de assalariados sob a forma fiscal de prestadores de serviços independentes, a evasão e a fraude fiscais. (IBREFGV/ Instituto ETCO).

Com o alto número de profissionais envolvidos na informalidade, a economia subterrânea cresce constantemente, com isso há uma queda na arrecadação dos impostos para o governo e uma forte competição desigual entre as empresas legalmente constituídas e as que estão na informalidade. (IBREFGV/Instituto ETCO)

Segundo Nascimento et. al (2012, p. 34) “a informalidade é o principal estigma de uma sociedade desigual e como tal, deve ser minimizada por meio de políticas governamentais.” Com o intuito de reverter essa situação o governo brasileiro adotou medidas para amenizar a situação da informalidade e tentar diminuir o índice da economia subterrânea, através da criação da figura do Microempreendedor Individual que foi instituída pela Lei Complementar nº 128/2008.

A referida lei ofereceu para os trabalhadores informais a oportunidade de regularização de seu empreendimento de um jeito bem simplificado de forma que estes profissionais deixem de atuar na informalidade e possam assim usufruir dos benefícios que a citada lei lhes oferece.

Segundo o Índice de Economia Subterrânea (IES), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), entre 2006 e 2011, o IES representava o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) 20,2% e 17% respectivamente. Em queda nestes anos a economia informal se estabilizou em 2012 representando 16,9% do PIB.

Este índice ainda continua alto e é necessário por parte do governo mais medidas para reverter esta situação, porém percebe-se que a figura do Microempreendedor Individual vem ajudando a diminuir este número e consequentemente a enfraquecer a economia subterrânea.

2.3 ASPECTOS GERAIS DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Na maioria das vezes devido a grande carga tributária existente no Brasil, muitos trabalhadores optam por trabalharem na informalidade, ou seja, trabalham por conta própria, já que os gastos envolvidos na regularização e manutenção do empreendimento são um empecilho para a realização da atividade na formalidade.

Ao não se tornar viável se legalizarem como pequenos empresários, os trabalhadores informais fogem do controle do fisco, e consequentemente o governo deixa de arrecadar os impostos devidos pela prestação de serviços destes profissionais. Para que isso não afetasse a economia do país, o Governo Federal teve de buscar soluções para reverter esta situação e pelo menos tentar minimizar a informalidade.

Para incentivar os pequenos negócios que sofrem com a pesada carga tributária a se regularizarem, criou-se através da Lei Complementar nº 123/2006 o Simples Nacional, tendo como objetivo unificar a arrecadação dos tributos e contribuições nos âmbitos do governo federal, estadual e municipal, além de minimizar a complexidade e a burocracia envolvida por parte das empresas.

O governo esperava que com esse novo regime houvesse um grande número de micro e pequenas empresas que optariam por regularizar o seu negócio, porém muitos trabalhadores ainda se mantiveram na informalidade, não alcançando

assim as expectativas desejadas das formalizações que se almejavam com a referida lei.

Visando combater a informalidade e com a finalidade de buscar o interesse por parte dos trabalhadores que atuam por conta própria, o governo desenvolveu e pôs em prática um projeto com o intuito de formalizar os profissionais que não possuíam recursos financeiros suficientes para regularizar o seu negócio.

Foi criado a partir da Lei Complementar nº 128/2008 uma nova figura jurídica denominada de Microempreendedor Individual que em um contexto geral tem como foco minimizar a burocratização na abertura de pequenas empresas. A referida lei proporciona ainda condições especiais para quem está na informalidade e queira se legalizar, disponibilizando ao empreendedor o direito de usufruir de benefício e proteções oferecidas pelo programa.

Essa nova figura jurídica visa alcançar profissionais em geral, especialmente os trabalhadores autônomos que prestam serviços e deixam de recolher os tributos ao governo e não possuem cobertura previdenciária.

Conforme o Portal do Empreendedor:

O Microempreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. O empreendedor possuirá ainda o acesso a benefícios proporcionados pela previdência social como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros. Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais pagando apenas um valor fixo mensal que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS.

Segundo o presidente do SEBRAE Luiz Barreto “quando a lei é boa, ela traz benefícios para todos, e o MEI é um exemplo disso porque reduz a carga tributária dos pequenos negócios, aumenta a arrecadação nas três esferas de governo, favorece a geração de empregos e promove o desenvolvimento local”,

Com a referida lei e as facilidades que ela disponibiliza para a regularização de um negócio, a redução da informalidade trará benefícios para todos, pois o governo ganhará com o aquecimento da economia e a arrecadação dos impostos devidos e os que se legalizarem gozarão dos benefícios oferecidos aos Microempreendedores Individuais.

A formalização dos Microempreendedores Individuais iniciou-se em julho de 2009 e desde então houve um grande número de empreendedores que buscaram através do registro de seus negócios saírem da informalidade.

Foi divulgado pelo Portal do Empreendedor que desde julho de 2009 até outubro de 2013 foram registrados 3.534.243 empreendedores individuais, e o presidente do SEBRAE Luiz Barreto acredita que esse número pode chegar a 4 milhões em 2014.

Esses números demonstram que a estratégia do governo em criar uma figura jurídica acessível para os profissionais que não tinham condições de legalizar o seu negócio está dando resultados, de tal modo que aos poucos o trabalho realizado na informalidade está diminuindo.

2.4 DISPOSITIVOS LEGAIS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2008

A seguir será elencado o que está disposto na Lei Complementar nº 128/2008 que criou a figura jurídica do Microempreendedor Individual demonstrando os aspectos legais referente ao MEI.

2.4.1 Microempreendedor Individual

A Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, nos trouxe pela primeira vez em seu artigo 18-A o conceito de Microempreendedor Individual que foi inserido pela Lei Complementar nº 126/2006.

Através da Lei Complementar nº 128/2008, o governo criou a figura do Microempreendedor Individual, que dispõe de condições especiais, além de inúmeras vantagens para que os profissionais que atuam na informalidade possam se tornar empreendedores individuais legalizados.

Considera-se MEI o empresário individual que se refere o artigo nº 966 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, ou seja, o empresário que exerce

profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circularização de bens ou serviços.

Abaixo está elencado o artigo 18-A da Lei Complementar nº 128/2008 que determina o conceito de Microempreendedor Individual.

Artigo 18-A: O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual [...] que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

§ 2º No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º deste artigo será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

Além das exigências citadas acima, para o trabalhador informal tornar-se um Microempreendedor Individual deverá ainda cumprir com os requisitos impostos pelo § 4º do artigo 18-A desta mesma lei.

§ 4º Não poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo o MEI:

- I. cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV e V da Lei Complementar nº 126/2006, salvo autorizado pelo Comitê Gestor;
- II. que possua mais de um estabelecimento;
- III. que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador;
- IV. que contrate mais de um empregado.

Estes são os requisitos impostos na Lei Complementar nº 128/2008 para que os profissionais que estão na informalidade possam se tornar empreendedores individuais, não havendo outro fator que impeça à adesão deste regime.

2.4.2 Enquadramento

Ao se enquadrar como Microempreendedor Individual, o pequeno empresário será optante pelo Simples Nacional e poderá inscrever-se no SIMEI, para obter tratamento tributário especial e diferenciado.

Conforme a Lei Complementar nº 128/2008 artigo 18-A § 5º a opção pelo SIMEI será estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). No que se trata a opção, a resolução CGSN nº 58/2009 artigo 2º diz que:

I – será irretratável para todo o ano-calendário;

II – para a empresa já constituída, deverá ser realizada no mês de janeiro, até seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, em aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional, ressalvado o disposto no § 1º.

§ 1º Para as empresas em início de atividade, a realização da opção pelo SIMEI será simultânea à inscrição no CNPJ.

Ao optar pelo SIMEI, o MEI deverá declarar ainda conforme o § 2º do mesmo artigo que:

I – Não se enquadra nas vedações para ingresso no SIMEI;

II – Que se enquadra nos limites previstos no inciso I do § 1º ou § 2º, ambos do artigo 1º.

Para o Microempreendedor Individual que se formaliza e obtém a inscrição do CNPJ por meio do Portal do Empreendedor, a opção pelo SIMEI é realizada de forma automática, produzindo efeitos a partir da data da inscrição. Já para os empresários individuais que queiram ingressar ao SIMEI, a opção se fará por meio da internet através do “Serviço de Solicitação de Enquadramento do SIMEI”, que estará disponível entre o primeiro e o último dia útil do mês de janeiro no Portal do Simples Nacional.

2.4.3 Tributação do MEI

Com a vigência da Lei Complementar nº 128/2008 o empreendedor individual passou a usufruir de diversos benefícios ao sair da informalidade, sendo que um deles é a diminuição quanto ao pagamento dos impostos.

O empreendedor individual poderá optar pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), desta forma passará a ter tratamento tributário específico e pagará somente um valor fixo correspondente as seguintes parcelas:

- 11% (onze por cento) do limite mínimo mensal do salário de contribuição;
- R\$ 1,00 (um real), a título de ICMS, caso seja contribuinte deste imposto;
- R\$ 5,00 (cinco reais), a título de ISS, caso seja contribuinte deste imposto.

Ao se tornar um Microempreendedor Individual e aderir ao SIMEI, o pequeno empresário não estará sujeito à incidência dos tributos no âmbito federal, sendo os abaixo descritos:

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ
- Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS
- Contribuição para o PIS/PASEP
- Contribuição Patronal Previdenciária - CPP

Além disso, não se aplicará ao MEI o que está disposto no § 3º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 128/2008.

I – não se aplica o disposto no § 18 do art. 18 da Lei Complementar nº 126/2006;

§ 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS

devido por microempresa que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário.

II – não se aplica a redução prevista no § 20 do art. 18 da Lei Complementar nº 126/2006 ou qualquer dedução na base de cálculo;

§ 20. Na hipótese em que o Estado, o Município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução do ICMS ou do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, na forma do § 18 deste artigo, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

III – não se aplicam as isenções específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte concedidas pelo Estado, Município ou Distrito Federal a partir de 1º de julho de 2007 que abranjam integralmente a faixa de receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais);

A resolução CGSN nº 58/2009 no seu artigo 1º § 3º acrescenta ainda que além das hipóteses listadas acima não se aplicam ao MEI as retenções de ISS sobre os serviços prestados e atribuições da qualidade de substituto tributário.

2.4.4 Recolhimento dos Impostos

Conforme a Lei Complementar nº 128/2008 o Microempreendedor Individual recolherá valor fixo mensal sobre sua renda na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional. Foi estabelecido então que o pagamento dos tributos se dará conforme a atividade econômica desempenhada pelo empreendedor individual que será identificada pelo Código Nacional de Atividades Econômica (CNAE).

Vale lembrar que o valor pago mensalmente pelo Microempreendedor Individual se refere aos valores devidos à Seguridade Social, ICMS e ISS, sendo assim, é através do CNAE que será identificado se o MEI é contribuinte do ICMS, ISS ou de ambos os impostos.

Através do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (PGMEI) disponibilizado no site da Receita Federal do Brasil, o Microempreendedor Individual fará a emissão da guia DASMEI (Documento de Arrecadação do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual), sendo que o recolhimento da mesma deve ser efetuado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao do período de apuração, ficando sujeito à incidência de encargos legais se não efetuado o pagamento na data do vencimento.

Conforme o CGSN, para o contribuinte optante pelo SIMEI, o Programa Gerador do DAS para o MEI - PGMEI possibilitará a emissão simultânea dos DASMEI para todos os meses do ano-calendário.

Independentemente de ter ou não auferido receita em suas atividades em um determinado mês, o Microempreendedor Individual tem a obrigação de recolher o valor fixo mensal dos tributos abrangidos ao SIMEI.

2.4.5 Direitos Previdenciários

A legislação do Microempreendedor Individual confere ao pequeno empresário direitos previdenciários e trabalhistas, portanto a opção pelo enquadramento do MEI implicará no recolhimento da contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual.

Artigo 18-A [...]

IV – a opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual importa opção pelo recolhimento da contribuição referida no inciso X do § 1º do art. 13 desta Lei Complementar a forma prevista no § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

Conforme a Lei 8.212/1991 artigo 21 § 2º, o valor a ser pago a Seguridade Social é de 11% sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição.

Ao recolher o valor para a Seguridade Social o Empreendedor Individual passará a ser contribuinte da Previdência Social adquirindo assim o direito aos

benefícios oferecidos pelo mesmo, sendo que esses benefícios serão garantidos a ele e a sua família.

Abaixo se encontram as tabelas 1 e 2 referentes aos benefícios oferecidos pela Previdência Social para os Microempreendedores Individuais.

Tabela 1 - Benefícios previdenciários para o microempreendedor

BENEFÍCIOS DA COBERTURA PREVIDENCIÁRIA PARA O EMPREENDEDOR	
Benefício	Período de Carência
Aposentadoria por idade	Mulher 60 anos + 15 anos de contribuição
	Homem 65 anos + 15 anos de contribuição
Aposentadoria por invalidez	É necessário 1 ano de contribuição
Auxílio-doença	É necessário 1 ano de contribuição
Salário-maternidade	É necessário 10 meses de contribuição

Fonte: Adaptado site previdência social

Tabela 2 - Benefícios previdenciários para os familiares

BENEFÍCIOS DA COBERTURA PREVIDENCIÁRIA PARA OS FAMILIARES	
Benefício	Período de Carência
Pensão por Morte	A partir do primeiro pagamento
Auxílio-reclusão	A partir do primeiro pagamento

Fonte: Adaptado site previdência social

O valor do benefício adquirido se dá conforme o valor pago de contribuição, ou seja, na categoria de Microempreendedor Individual o valor do benefício concedido será no valor de um salário mínimo.

Em relação ao gozo do benefício concedido ao Microempreendedor individual, o Portal Empreendedor publicou em seu site eletrônico o seguinte:

Em caso de gozo de benefício de auxílio-doença ou de salário-maternidade não é devido o recolhimento da contribuição do MEI relativamente à Previdência Social, desde que o período do benefício englobe o mês inteiro. Caso o início do gozo do auxílio-doença e do salário-maternidade transcorra dentro do mês, será devido o recolhimento da contribuição do MEI relativo àquele mês. Quando não for devido o recolhimento da contribuição previdenciária, o ICMS e ISS acumularão até completar R\$ 10,00. Completando este valor é possível a emissão do DASMEI pelo PGMEI somente com este valor. Caso o recolhimento não ocorra no mês que completou os R\$ 10,00 será cobrado juros e multa sobre todo o valor acumulado, obedecendo aos meses de competência das contribuições.

Os anos de contribuição para a Seguridade Social antes da formalização contarão para concessão do benefício para o Microempreendedor Individual conforme a Lei nº 8.213/91.

Art. 94. Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

Para fins de aposentadoria por tempo de contribuição, não será computado os anos contribuídos antes da opção pelo MEI, porém se o empreendedor desejar usufruir deste benefício deverá complementar a contribuição para o INSS em mais 9% conforme § 3º do artigo 21 da Lei nº 8.212/91.

Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário de contribuição.

[...]

§ 3º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta Lei.

Para o Microempreendedor ter o direito da concessão dos benefícios a ele conferidos, o mesmo deverá estar com todas as contribuições em dia, do contrário ele não gozará dos direitos a ele dispostos.

2.4.6 Contratação de Empregado

A Lei Complementar nº 128/2008 confere ao Microempreendedor Individual a possibilidade da contratação de um único funcionário com carteira assinada. Conforme descreve o artigo 18-C desta mesma lei, “poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional”.

Levando-se em conta o salário mínimo recebido pelo empregado, o mesmo poderá ser o previsto em lei federal ou estadual. O piso salarial da categoria profissional também poderá ser o definido em lei federal ou o previsto na convenção coletiva da categoria.

O fato de o salário contratual ser o salário mínimo não significa que os direitos do empregado possam ser prejudicados. Assim, o pagamento das parcelas decorrentes da atividade laboral, inerentes à jornada ou condições do trabalho, e que incidem sobre o salário são devidas, como horas extras, adicionais de insalubridade, periculosidade e por trabalho noturno, e sua inclusão na remuneração não implica a perda da condição, do empregador, de Microempreendedor Individual. Já as gratificações, gorjetas, percentagens, abonos e outros integram o salário, e não são incluídas na definição de salário mínimo. (PORTAL DO EMPREENDEDOR)

A contratação de um funcionário por parte do Microempreendedor Individual será regida conforme a CLT, e o mesmo deverá cumprir com todas as obrigações pertinentes por lei a cargo do registro de um empregado, como o pagamento do 13º salário, férias e FGTS.

Por lei, esta contratação deverá obedecer ao que está disposto no parágrafo único do artigo 18-C da Lei Complementar nº 128/2008 como segue abaixo.

I – deverá reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao segurado a seu serviço na forma da lei, observados os prazos e condições estabelecidos pela Receita Federal do Brasil;

II – fica obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, devendo cumprir o disposto no inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991;

III – está sujeito ao recolhimento da CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei 8.212, de 1991, calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no caput.

Ao admitir um empregado o Microempreendedor Individual terá portanto que cumprir com as obrigações elencadas acima que consistem em:

- Registrar e manter atualizada a Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Preparar folha de pagamento do salário.
- Recolher guia GPS – Guia da Previdência Social correspondente a 11% do salário mínimo vigente;
- Recolher mensalmente 8% do salário do empregado a título de FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

- Preencher e entregar a GFIP até o dia 7 do mês seguinte àquele em que a remuneração foi paga;
- Enviar CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, até o dia 15 de cada mês;
- Enviar anualmente Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- Descontar e recolher contribuição sindical do empregado;
- Recolher o valor do seguro de acidentes de trabalho, de acordo com o risco de atividade da empresa.

Em relação ao recolhimento da contribuição previdenciária, o MEI terá de recolher valor correspondente a 11% do salário do empregado, porém os custos da contratação de um funcionário para o Microempreendedor Individual é de apenas 3% que se referem à contribuição previdenciária patronal, que é aquela devida pela empresa, sendo os 8% restantes descontados do empregado.

Os custos totais para manter um funcionário, com base no salário mínimo vigente em 2013 de R\$ 678,00 são os demonstrados abaixo na tabela 3.

Tabela 3 - Custos manutenção sobre salário do empregado

CUSTO MENSAL DE UM EMPREGADO CONTRATADO PELO MEI	
Salário Mínimo	R\$ 678,00
Contribuição Previdenciária Patronal (3%)	R\$ 20,34
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (8%)	R\$ 54,24
Total	R\$ 752,58

Fonte: Elaborado pela autora 2013.

O MEI tem de obedecer às regras habituais para a contratação de um empregado como qualquer outra empresa, porém ele está dispensado de algumas formalidades quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias. O Microempreendedor Individual estará dispensado das situações descritas a seguir:

- Afixar Quadro de Horário de Trabalho em suas dependências;
- Anotar as férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
- Empregar aprendiz;

- Manter o livro intitulado “Inspeção do Trabalho”.
- Comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

O MEI não poderá deixar de cumprir com as obrigações trabalhistas comuns, portanto no caso de demissão do empregado deverá conceder aviso prévio e efetuar o pagamento da multa rescisória sobre o FGTS.

Com a contratação de um empregado o Microempreendedor Individual passa a ter mais responsabilidades, e caso não conheça as regras estabelecidas pela lei é recomendável à procura de um escritório de contabilidade para realizar os procedimentos necessários.

2.4.7 Obrigações Acessórias

O Microempreendedor Individual tem de emitir nota fiscal como qualquer outra pessoa jurídica. Conforme o § 6º do artigo 26 da Lei Complementar nº 128/2008:

II – será obrigatória a emissão de um documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizados pelo empreendedor individual para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ficando dispensado desta emissão para o consumidor final.

Como visto acima, o MEI está dispensado de emitir nota fiscal para consumidor final, ou seja, pessoas físicas. Além disso, estará isento ainda da emissão de documento fiscal quando o destinatário inscrito no CNPJ emitir nota fiscal de entrada.

O empreendedor individual terá de comprovar a receita bruta auferida através das vendas ou prestações de serviços mensalmente. Conforme a Lei Complementar nº 128/2008, esta comprovação será feita mediante o preenchimento de um documento denominado de “Relatório Mensal de Receitas Brutas”, onde identificará as vendas feitas com ou sem emissão de nota fiscal.

No quadro 1 encontra-se o relatório tratado anteriormente:

Quadro 1: Relatório Mensal de Receitas Brutas

RELATÓRIO MENSAL DAS RECEITAS BRUTAS	
CNPJ:	
Empreendedor individual:	
Período de apuração:	
RECEITA BRUTA MENSAL – REVENDA DE MERCADORIAS (COMÉRCIO)	
I – Revenda de mercadorias com dispensa de emissão de documento fiscal	R\$
II – Revenda de mercadorias com documento fiscal emitido	R\$
III – Total das receitas com revenda de mercadorias (I + II)	R\$
RECEITA BRUTA MENSAL – VENDA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (INDÚSTRIA)	
IV – Venda de produtos industrializados com dispensa de emissão de documento fiscal	R\$
V – Venda de produtos industrializados com documento fiscal emitido	R\$
VI – Total das receitas com venda de produtos industrializados (IV + V)	R\$
RECEITA BRUTA MENSAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
VII – Receita com prestação de serviços com dispensa de emissão de documento fiscal	R\$
VIII – Receita com prestação de serviços com documento fiscal emitido	R\$
IX – Total das receitas com prestação de serviços (VII + VIII)	R\$
X - Total geral das receitas brutas no mês (III + VI + IX)	R\$
LOCAL E DATA:	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO:
ENCONTRAM-SE ANEXADOS E ESTE RELATÓRIO: - Os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período; - As notas fiscais relativas às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidas.	

Fonte: Portal do empreendedor

Segundo o Portal do Empreendedor “todo mês, até o dia 20, o Microempreendedor Individual deve preencher (pode ser manualmente), o Relatório Mensal das Receitas que obteve no mês anterior.”

A Lei Complementar nº 128/2008, no seu artigo 26 § 6º diz que, juntamente com este relatório deverão ser anexados as notas fiscais de compras de produtos e de serviços, bem como as notas fiscais emitidas relativas às operações ou prestações realizadas pelo empreendedor individual.

O MEI está dispensado de apresentar os livros contábeis e fiscais. A dispensa de escrituração contábil está prevista no Código Civil, e a Lei Complementar 128/2008 dispensou o Microempreendedor Individual da emissão de livros fiscais. Portanto o mesmo não precisa apresentar os seguintes documentos:

- Livro Caixa;
- Livro de Registro de Inventário;
- Livro de Registro de Entradas;
- Livro de Registro de Serviços Prestados;
- Livro de Registro de Serviços Tomados;
- Livro Razão;
- Livro Diário.

Como visto acima, o MEI terá somente que emitir notas fiscais quando obrigatório por lei e preencher o Relatório Mensal de Receitas Brutas. Portanto o empreendedor usufrui de mais facilidades e menos burocracia em relação às formalidades contábeis.

2.4.8 Declaração Anual do Microempreendedor Individual

Quando o pequeno empresário optar pelo SIMEI, deverá apresentar a receita federal a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI).

Esta declaração tem como prazo de entrega o último dia útil do mês de maio de cada ano. A mesma tem caráter simplificado e conterá somente as informações descritas abaixo:

- Receita bruta auferida relativa ao ano-calendário anterior;
- A receita bruta total auferida relativa ao ano-calendário anterior, referente às atividades sujeitas ao ICMS;
- Informação referente à contratação de empregado, quando houver.

O Microempreendedor Individual fará a DASN-SIMEI por meio eletrônico, sendo que o aplicativo para acesso ao programa está disponibilizado no site da Receita Federal do Brasil no Portal do Simples Nacional.

Não cumprindo com o prazo estabelecido em relação à entrega da declaração anual, o MEI conforme a Receita Federal “pagará uma multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e ficará impossibilitado de emitir as guias de pagamento DASMEI.”

A declaração anual pode ser feita pelo próprio empreendedor, mas vale lembrar que conforme a Lei Complementar nº 128/2008 a primeira declaração deve ser realizada gratuitamente pelos escritórios contábeis inscritos nos Simples Nacional.

2.4.9 Desenquadramento

O desenquadramento do MEI poderá ser realizado em duas hipóteses, ou seja, quando o próprio Microempreendedor Individual desejar voluntariamente se desenquadrar ou por algum descumprimento das exigências impostas na legislação.

Conforme a Lei Complementar nº 128/2008, os motivos elencados abaixo são alguns dos que levam ao desenquadramento obrigatório do MEI:

- Auferir receita bruta acumulada no ano-calendário, ou proporcional aos meses de atividade da empresa superior ao permitido por lei;

- Abertura de filiais ou de outros estabelecimentos;
- Participação do Microempreendedor Individual como administrador, sócio ou titular de outra empresa;
- Contratação de mais de um empregado;
- Exercer atividade econômica que não é permitida por lei ao SIMEI;

Sendo por opção ou por obrigatoriedade, o Microempreendedor Individual deverá comunicar o seu desenquadramento a Receita Federal do Brasil. Por opção o comunicado poderá ser feito a qualquer momento, em aplicativo disponibilizado no Portal do Simples Nacional produzindo efeitos a partir de 1ª de janeiro do ano-calendário subsequente. Já o desenquadramento por obrigação deverá ser feito até o último dia útil do mês subsequente aquele em que houver a ocorrência do fato impeditivo, produzindo efeitos a partir do mês subsequente aquele em que ocorreu a vedação.

Nos casos de obrigatoriedade, se o Microempreendedor Individual não efetuar a comunicação de desenquadramento a Receita Federal, o mesmo será realizado por meio de ofício.

Nos casos de desenquadramento por excesso de receita bruta a resolução do CGSN nº 58/2009 artigo 3º diz o seguinte:

§ 2º O desenquadramento mediante comunicação do contribuinte dar-se-á:

III – obrigatoriamente, quando exceder, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no inciso I do § 1º do art. 1º, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário da ocorrência do o excesso, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento)

(...)

§7º Na hipótese de a receita bruta auferida no ano-calendário não exceder em mais de 20% (vinte por cento), o contribuinte deverá recolher a diferença sem acréscimos, no vencimento estipulado para o pagamento dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional relativos ao mês de janeiro do ano calendário subsequente, aplicando-se as alíquotas previstas nas tabelas dos Anexos I a V, observando-se, com relação à inclusão dos percentuais relativos ao ICMS e ao ISS, a tabela constante do Anexo XII

§8º Na hipótese de a receita bruta auferida no ano calendário exceder em mais de 20% (vinte por cento), o contribuinte deverá informar no PGDAS as receitas efetivas mensais, devendo ser recolhidas as diferenças relativas aos tributos com os acréscimos legais na forma prevista na legislação do Imposto de Renda.

Ao deixarem de se enquadrarem no SIMEI, automaticamente os empreendedores passarão a recolher os tributos na forma do Simples Nacional. Se o empresário não ultrapassar em mais de 20% o valor permitido, o valor do excesso deverá ser acrescentado ao faturamento do mês de janeiro do ano subsequente e os tributos serão pagos juntamente com o DAS referente àquele mês sem nenhum acréscimo. Já para os empreendedores que ultrapassarem em mais de 20% o valor permitido, o pagamento dos impostos passa a ser retroativo ao ano em que aconteceu o fato impeditivo, ou seja, passa a ser feito no mesmo ano em que ocorreu o excesso no faturamento, recolhendo a diferença com acréscimos de juros e multa.

O Portal do Empreendedor recomenda que “o empreendedor, ao perceber que seu faturamento no ano irá estourar a cota anual permitida, inicie imediatamente o cálculo e o pagamento dos tributos acessando diretamente o Portal do Simples Nacional.”

O Microempreendedor Individual deve ficar atento às situações cabíveis de desenquadramento, pois conforme o artigo 36-A da Lei Complementar nº 126/2006 “a falta de comunicação, quando obrigatória, do desenquadramento do Microempreendedor Individual da sistemática de recolhimento especial nos prazos determinados sujeitará o microempreendedor individual a multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), insusceptível de redução.”

O Microempreendedor Individual tem de estar a par das situações possíveis de desenquadramento, pois ao deixar de se enquadrar no SIMEI passará a acarretar direitos e obrigações previstas à uma empresa optante pelo Simples Nacional, ou das demais figuras jurídicas caso também tenha sido excluído do respectivo regime.

2.5 REGISTRO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A Lei Complementar nº 128/2008 teve como intuito facilitar o ingresso de trabalhadores informais no meio empresarial, sendo assim, a mesma diminuiu por sua vez as burocracias envolvidas na legalização de uma empresa. Com isso, o registro destes profissionais como empresários tornou-se muito simples, já que a legalização é feita de forma muito rápida, pois o processo é realizado totalmente em meio eletrônico através do site do Portal do Empreendedor.

O próprio empreendedor poderá realizar o procedimento para registrar-se como Microempreendedor Individual, porém o artigo 18 da mesma lei dispõe o seguinte:

§ 22-B. Os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I – promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

Como já dito, a inscrição para o Microempreendedor Individual é realizada por meio eletrônico, porém antes de iniciar o processo de registro é necessário verificar se o local escolhido para a instalação da empresa está apto para a realização das atividades da mesma, sendo necessário portanto, verificar junto a Prefeitura Municipal e ao Corpo de Bombeiros se é possível se instalar no local desejado.

Não havendo nenhuma restrição por parte da Prefeitura Municipal e do Corpo de Bombeiros, o empreendedor deverá juntamente com os documentos pessoais e o cadastro do imóvel onde será instalada a empresa, iniciar o processo de registro para tornar-se Microempreendedor Individual. Vale lembrar que este procedimento pode ser realizado pelo próprio profissional, ou se o mesmo preferir, procurar algum escritório de contabilidade já que este serviço é oferecido de forma gratuita.

Para dar sequência no registro é necessário acessar ao site do Portal do Empreendedor (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>) e acessar o campo “Microempreendedor Individual” e logo após o item “Formalização”. Ao fazer isto, o

empreendedor terá acesso a uma tela onde deverá preencher seus dados pessoais, mais especificamente o CPF e a data de nascimento como segue na figura número 1.

Figura 1 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 1



Fonte: Portal do Empreendedor

Conforme o Manual de Inscrição do MEI disponibilizado pelo Portal do Empreendedor a data de nascimento deverá coincidir com aquela constante do cadastro do CPF na Receita Federal do Brasil, caso a mesma conste incorretamente no cadastro da RFB, é necessário corrigir primeiro as informações do CPF antes de dar andamento ao processo de registro.

Ao completar esta etapa, caso o empreendedor possua declaração de imposto de renda pessoa física referente aos dois últimos anos calendários, será necessário informar o número do recibo da respectiva declaração conforme ilustrado na figura número 2.

Figura 2 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 2



Fonte: Portal do Empreendedor

Porém, se o empreendedor não possuir declaração de IRPF entregue a Receita Federal do Brasil, será exibido um campo onde se deve informar o número do Título de Eleitor do mesmo, como demonstra a figura número 3.

Figura 3 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 3

O formulário, intitulado "NOVA INSCRIÇÃO - ACESSO", contém os seguintes campos e botões:

- Campos de entrada para "CPF" e "Data de Nascimento".
- Um campo rotulado "Informe seu Título de Eleitor".
- Dois botões de ação: "Cancelar" e "Prosseguir".

Fonte: Portal do Empreendedor

Após fornecer os dados evidenciados acima, o próprio sistema, automaticamente preencherá alguns campos do formulário exposto na figura número 4.

Figura 4 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 4

O formulário, intitulado "FORMALIZE-SE", está dividido em seções com campos pré-preenchidos e campos para preenchimento manual:

- Nova Inscrição:** Campos para "CPF" e "Data de Nascimento" já preenchidos com dados fictícios.
- Identificação:**
 - "Nome Empresarial": Campo preenchido.
 - "Nome do Empresário": Campo preenchido.
 - "Nacionalidade": Campo preenchido.
 - "Sexo": Campo preenchido.
 - "Nome da Mãe": Campo preenchido.
 - * Nº da Identidade: Campo para preenchimento.
 - * Órgão Emissor: Campo para preenchimento.
 - * UF Emissor: Menu suspenso com a opção "Selecione" selecionada.
 - * Telefone para Contato: Campos para preenchimento.
 - "E-mail": Campo para preenchimento.

Fonte: Portal do Empreendedor

No item "Identificação" visto na figura acima, "o formulário trará preenchido o Nome Empresarial, Nome do Empresário, Nacionalidade, Sexo e

Nome da Mãe, já os campos com * devem ser preenchidos pelo próprio empreendedor, pois são obrigatórios.” (Portal do Empreendedor)

Se alguns dos dados do preenchimento automático estiver incorreto, é necessário interromper o processo e corrigir os dados do CPF imediatamente.

O próximo passo será informar a atividade que será desempenhada pelo empreendedor. Se o mesmo exercer mais de uma ocupação deverá informar qual será sua atividade principal e secundária. Serão permitidas até 15 ocupações secundárias, porém deve-se ressaltar que ambas as atividades, principal e secundária, devem estar incluídas na tabela das ocupações permitidas a optarem pelo MEI disponibilizada pelo CGSN.

A figura número 5 demonstra perfeitamente o que foi dito acima.

Figura 5 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 5

Atividades

* Ocupação Principal
 -- Selecione a Ocupação Principal --

Ocupações Secundárias (máximo 15)

Acabador de calçados
 Açougueiro
 Adestrador de animais
 Adestrador de cães de guarda
 Agente de correio franqueado
 Agente de viagens
 Agente funerário

Código CNAE Principal Descrição CNAE Principal

CNAE Secundário

Código	Descrição
Objeto	

* Forma de Atuação

☐ Estabelecimento fixo ☐ Internet
☐ Em local fixo fora da loja ☐ Correio
☐ Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes ☐ Televenda
☐ Máquinas automáticas

Fonte: Portal do Empreendedor

Posteriormente ao término das etapas descritas anteriormente, deverá ser informado o endereço comercial e residencial do empreendedor. Se ambos os endereços sejam iguais, basta selecionar o ícone “Endereço residencial igual ao endereço comercial”, conforme percebe-se na figura número 6.

Figura 6 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 6

Endereço Comercial

* CEP: Caso não saiba o CEP, clique aqui. [Limpar campos](#)

* Tipo de Logradouro: Seleção * Logradouro: * Número:

Complemento:

* Bairro:

* Município: Seleção * UF: Seleção

Ponto de Referência:

Endereço Residencial

☐ Endereço residencial igual ao endereço comercial

* CEP: Caso não saiba o CEP, clique aqui. [Limpar campos](#)

* Tipo de Logradouro: Seleção * Logradouro: * Número:

Complemento:

* Bairro:

* Município: Seleção * UF: Seleção

Fonte: Portal do Empreendedor

Com todos os dados informados, a próxima etapa será a de declarar que o empreendedor não possui nenhum desimpedimento para tornar-se MEI, será realizado também o Enquadramento como Microempresa e a opção pelo Simples Nacional, sendo que a mesma é obrigatória para tornar-se Microempreendedor Individual.

Figura 7 - Registro do Microempreendedor Individual Etapa 7

Declarações:

Declaração de Desimpedimento:

☐ Declaro, sob as penas da Lei, ser capaz, não estar impedido de exercer atividade empresarial e que não possuo outro registro de empresário.

Declaração de opção pelo Simples Nacional e Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório:

☐ Declaro que opto pelo Simples Nacional e pelo Simei (arts. 12 e 18-A da Lei Complementar nº 123/06), que não incorro em quaisquer das situações impeditivas a essas opções (arts. 3º, 17, 18-A e 29 da mesma lei). **Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.** Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Declaração de Enquadramento como Microempresa(ME):

☐ Declaro, sob as penas da Lei, que me enquadro na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Fonte: Portal do Empreendedor

Todas as opções ilustradas na figura anterior devem ser selecionadas para finalizar o registro do Microempreendedor Individual, sendo que com a conclusão do processo será emitido simultaneamente o Certificado da Condição de MEI, o CNPJ, o número de inscrição na Junta Comercial e no INSS. Será emitido também o alvará de licença e funcionamento provisório do estabelecimento com validade de 180 dias, sendo de responsabilidade do empreendedor solicitar junto a Prefeitura Municipal o alvará definitivo.

Tendo o empreendedor concluído o registro, ele estará totalmente habilitado a exercer suas atividades como Microempreendedor Individual, já que o mesmo estará legalizado conforme solicitado por lei, porém se o empreendedor exercer atividade contribuinte do ICMS deverá requerer também a inscrição do Cadastro de Contribuintes do ICMS juntamente à Secretaria da Fazenda do Estado em que a empresa está registrada.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O capítulo aqui apresentado terá como objetivo expor os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa.

Conforme Diehl e Tatim (2004, p. 47) “a pesquisa constitui-se num procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos. Ao seu desenvolvimento é necessário o uso cuidadoso de métodos, processos e técnicas.”

De acordo com Gil (1999, p. 26), “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações e técnicas que possibilitam sua verificação, ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.”

Neste contexto, a metodologia pode ser definida como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades de limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica. (DIEHL E TATIM, 2004, p. 47)

Para o desenvolvimento deste trabalho, em relação ao levantamento de informações sobre o tema abordado, será utilizada como base a pesquisa descritiva.

Para Cervo e Bervian (1996, p. 49) “a pesquisa descritiva busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente com o de grupos e comunidades mais complexas.” Diehl e Tatim (2004, p. 54) abordam ainda que “uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e observação sistemática.”

Para os procedimentos de pesquisa científica, adotou-se neste trabalho a pesquisa bibliográfica.

Conforme Martins (2008, p. 86) “a pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de toda pesquisa, levantamento de informações feito a partir de material coletado em livros, revistas artigos jornais, sites da internet e em outras fontes escritas devidamente publicadas.”

Köche (2001, p. 122) nos diz ainda que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de pesquisas em livros para explicar um problema, onde o

pesquisador irá levantar o conhecimento conhecido na área explorada. Portanto seu objetivo é analisar e conhecer as teorias existentes sobre o assunto abordado.”

Neste trabalho foi recorrida à pesquisa bibliográfica, a fim de analisar as mudanças ocorridas na legislação do Microempreendedor Individual. Na maior parte da realização desta pesquisa utilizou-se como meio norteador a Lei Complementar nº 128/2008 e a de nº 139/2011, além das resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional que tratam da figura do Microempreendedor Individual, a fim de obter um embasamento teórico em relação ao tema já que não haviam livros publicados sobre o mesmo. Em vista disso foi recorrido a textos expostos em sítios eletrônicos para ajudar na obtenção de informação referente ao MEI.

Para finalizar, a tipologia de pesquisa adotada quanto à abordagem do problema é a análise qualitativa.

Richardson (1989, p. 39), menciona que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação entre as variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.”

Portanto, a partir dos dados coletados neste trabalho, serão identificadas e apresentadas às mudanças ocorridas na legislação perante a figura do Microempreendedor Individual, para realizar-se uma análise qualitativa a fim de elaborar um levantamento sobre a relevância das mudanças apontadas nesta pesquisa.

4 MUDANÇAS OCORRIDAS NA LEGISLAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O Microempreendedor Individual foi instituído no ano de 2008 pela Lei Complementar nº 128, e desde a sua criação passaram a vigorar algumas mudanças impostas por lei referente a esta nova figura jurídica. No ano de 2011 houve a criação da Lei Complementar nº 139 e através dela mudanças na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Houve portanto alterações na legislação do Simples Nacional e também na do Microempreendedor Individual.

Em sua grande maioria, os assuntos tratados nesta nova lei em relação ao Microempreendedor Individual, foram o de proporcionar ainda mais facilidades para os empreendedores.

Até os dias de hoje ocorreram também algumas mudanças referentes ao MEI impostas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional. Foram editadas algumas resoluções que modificaram em sua grande maioria as categorias de ocupação permitidas ao enquadramento do SIMEI e mudanças referente a incidência de ISS em algumas atividades.

Sendo assim, a partir deste momento serão apresentados os aspectos legais da Lei Complementar nº 139/2011 e o que está disposto nas resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional, em específico as de nº 78, nº 94 e nº 104, a fim de demonstrar as mudanças ocorridas na legislação referente à figura jurídica do Microempreendedor Individual.

4.1 LEI COMPLEMENTAR Nº 139/2011

Com as alterações realizadas pela Lei Complementar nº 139/2011 houve uma série de mudanças que beneficiaram não somente os empresários que já estavam legalizados como Microempreendedores Individuais, mas também para os trabalhadores que queiram optar por este mesmo programa.

Houveram mudanças a fim de diminuir os custos para o Microempreendedor Individual, além de reduzir ainda mais a burocracia por parte

destes profissionais. Portanto, com a referida lei, o governo anunciou e consolidou as mudanças descritas a seguir.

4.1.1 Limite da Receita Bruta Anual

O faturamento anual dos Microempreendedores Individuais sofreu uma mudança que favoreceu os empreendedores, já que o mesmo foi ampliado. Houve, portanto, a elevação do limite de receita bruta anual, sendo que com isso o valor anteriormente permitido de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) passou para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), havendo assim um aumento de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) no limite permitido ao enquadramento.

Com esta alteração trazida pela Lei Complementar nº 139/2011 o empreendedor individual passou a ser então aquele que auferir nos últimos 12 (doze) meses um faturamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), portanto aqueles que ultrapassaram o valor permitido até 31 de dezembro de 2011 que era de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) deveriam obedecer aos critérios exigidos pelo CGSN descritos a seguir.

I. MEI que excedeu o limite em até 20%

O MEI que no ano de 2011 ultrapassou o limite de receita bruta de R\$ 36.000,00 em até 20% (receita bruta anual até R\$ 43.200,00), ou seu limite proporcional no caso de estar no ano de início de atividade, não precisa comunicar seu desenquadramento e se mantém como MEI em 2012.

Contudo, caso já tenha comunicado o seu desenquadramento, e não tenha realizado novo pedido no portal até (31/01/2012), não estará enquadrado como MEI em 2012.

II. MEI que excedeu o limite em mais de 20%

O MEI que no ano de 2011 ultrapassou o limite de receita bruta em mais de 20% (receita bruta superior a R\$ 43.200,00) ou seu limite proporcional no caso de estar no ano de início de atividade, será desenquadrado com efeitos retroativos a 01/01/2011 ou ao início de atividade. Em 2011, terá que efetuar os recolhimentos segundo as regras das empresas optantes do Simples Nacional (utilizado o aplicativo de cálculo PGDAS). O desenquadramento neste caso é obrigatório, pois seus efeitos são retroativos (artigo 3º da resolução CGSN 58/2009).

O empresário que obteve receita entre R\$ 43.000,01 e R\$ 60.000,00 em 2011 poderia ter solicitado novo enquadramento como MEI em janeiro de 2012, tendo efeitos a partir de 01/01/2012. Resumindo, permaneceria no Simples Nacional em 2011 e no SIMEI (Sistema de Pagamentos em Valores Fixos para o MEI) em 2012, desde que tivesse solicitado novo enquadramento até 31/01/2012.

Com esse novo limite muitos empreendedores se beneficiaram, pois ao ultrapassarem o limite permitido anteriormente de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) imposto pela Lei Complementar nº 128/2008, os mesmos seriam obrigados a migrarem para o Simples Nacional.

No entanto, isso poderia de certa forma ocasionar a morte do empreendimento, já que os custos envolvidos para manter uma empresa no Simples Nacional seriam bem mais pesados do que os do MEI.

4.1.2 Emissão de Documento Fiscal

Como já demonstrado neste trabalho, o Microempreendedor Individual tem a obrigatoriedade de emitir notas fiscais de venda de produtos ou prestações de serviços quando o destinatário for pessoa jurídica. Entretanto, para poder emitir o documento fiscal, o empreendedor necessita de uma autorização denominada de AIDF (Autorização para Impressão de Documentos Fiscais).

Esta autorização é obtida através das Prefeituras Municipais e da Secretaria da Fazenda de cada estado. Para os prestadores de serviço, a AIDF é obtida no âmbito municipal, já para os que realizam atividades de venda de mercadorias a mesma é obtida no âmbito estadual.

Não são todos os estados e municípios que emitem gratuitamente esta autorização, tendo como consequência o pagamento de taxa para a obtenção da mesma. Visando modificar esta situação para os Microempreendedores Individuais, a Lei Complementar nº 139/2011 em seu artigo 4º inciso II do parágrafo 1º diz o seguinte.

II - o cadastro fiscal estadual ou municipal poderá ser simplificado ou ter sua exigência postergada, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documentos fiscais de compra, venda ou prestação de serviços, vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade avulsa.

Como visto anteriormente, com esta nova lei houve a vedação de custos para a autorização de emissão de nota fiscais, sendo que com esta medida o governo buscou diminuir ainda mais os custos para o Microempreendedor Individual.

Portanto, conclui-se que com esta mudança o Microempreendedor Individual terá de arcar somente com os custos da gráfica responsável pela impressão dos documentos fiscais, fazendo desta maneira, com que o gasto seja menor e mais acessível para o mesmo.

4.1.3 Alteração Cadastral e Baixa do Microempreendedor Individual

Outra importante mudança trazida pela Lei Complementar nº 139/2011 foi em relação à simplificação no processo de alteração e baixa perante a figura do Microempreendedor Individual. Conforme o artigo 4º da referida lei esses procedimentos ocorrerão da seguinte forma:

§ 1º O processo de abertura, registro, alteração e baixa do Microempreendedor Individual (MEI) de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo CGSIM, observado o seguinte:

I – poderão ser dispensados o uso da firma, com a respectiva assinatura autografa, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas ao estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM;

Como visto acima, com esta alteração, ambos os procedimentos passaram a ter caráter simplificado, facilitando muito para os empreendedores, já que anteriormente a esta mudança, para alterar os dados cadastrais, ou até mesmo dar baixa em uma empresa inscrita como MEI, era necessário obedecer às mesmas regras pertinentes a uma empresa individual, tendo de efetuar os processos supracitados em todos os órgãos separadamente.

Portanto ao ser necessário alterar os dados cadastrais do Microempreendedor Individual, o mesmo tinha de realizar o procedimento na Junta

Comercial do seu estado, na Receita Federal do Brasil, e na Prefeitura do Município em que estava inscrito.

O mesmo ocorria com a baixa da empresa, onde devia-se solicitar a baixa do CNPJ junto ao posto da Receita Federal, pedir o cancelamento de inscrição no órgão de registro da Prefeitura do Município em que a empresa estava instalada e requerer o cancelamento da Inscrição Estadual no posto da Secretaria da Fazenda do Estado, onde foi feita a inscrição da mesma.

Os passos que deviam ser tomados para a realização da baixa de um MEI seriam os listados a seguir.

a) Junta Comercial

O empreendedor tinha de realizar o pedido de baixa na Junta Comercial do seu estado. O mesmo deveria encaminhar o requerimento de empresário com o objetivo de extinção e apresentar as taxas cobradas para a realização do serviço devidamente pagas.

b) Receita Federal

Depois de realizado o procedimento de baixa na Junta Comercial, o empreendedor teria de fazer o pedido de baixa do seu CNPJ na Receita Federal. Seria enviado através de um programa disponibilizado pela própria RFB denominado de Programa Gerador de Documentos do CNPJ, o pedido de baixa de sua inscrição.

Após analisado o pedido, a Receita Federal liberaria o DBE (Documento Básico de Entrada), sendo que o empreendedor deveria assinar e reconhecer sua assinatura em cartório.

Posteriormente a este procedimento, o documento deveria ser entregue juntamente com a DASN-SIMEI de extinção no posto da Receita Federal, onde a documentação seria analisada, protocolada e diferida.

c) Estado e Município

O empreendedor deveria além dos procedimentos listados acima, requerer o cancelamento da inscrição estadual (quando houver) e municipal. Cada estado e município possui uma forma característica de realizar o procedimento.

Com a alteração trazida pela lei supracitada, ambos os procedimentos serão realizados por meio da internet, através do Portal do Empreendedor, podendo ser efetuado a qualquer momento e de forma muito rápida já que os dados se processam de forma automática. Tanto para efetuar a alteração cadastral quanto a baixa da empresa, o empreendedor terá somente que preencher um formulário, não tendo a necessidade de apresentação de documentos e sem custo algum.

Após preencher os dados e confirmar as alterações pertinentes, será emitido imediatamente um novo Certificado da Condição de Empreendedor Individual (CCMEI) com as devidas mudanças.

Conforme resolução nº 26/2011 do CGSIM os dados informados no formulário eletrônico encontrado no Portal do Empreendedor serão transmitidos para as bases de dados das Juntas Comerciais e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, além disso:

Art. 13.

II - os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão, automaticamente, sem a interferência do contribuinte, em procedimento interno, ou em um único atendimento presencial, enquanto não houver integração ao sistema, as inscrições, alterações e baixas.

Como descrito anteriormente às alterações e baixas deverão ser realizadas através do Portal do Empreendedor e processadas automaticamente pelos Estados e Municípios, porém ainda não há uma interligação entre os órgãos governamentais, já que o sistema que viabiliza este procedimento não está disponibilizado. Sendo assim, tanto a alteração cadastral quanto a baixa deve ser realizada presencialmente pelo empreendedor nas esferas Estadual e Municipal, tendo de levar o CCMEI emitido pelo Portal do Empreendedor com as devidas mudanças para que se possa dar andamento ao processo desejado.

Conforme o Portal do Empreendedor, os eventos de alteração permitidos são os listados a seguir:

- Exclusão do Título do Estabelecimento (Nome de Fantasia);
- Alteração de Endereço entre Municípios Dentro do Mesmo Estado;
- Alteração de Endereço entre Estados;
- Alteração de Endereço Dentro do Mesmo Município;

- Alteração do Telefone;
- Alteração de Correio Eletrônico;
- Exclusão de Correio Eletrônico;
- Alteração do Título do Estabelecimento (Nome de Fantasia);
- Alteração de Atividades Econômicas (Principal e Secundárias);
- Alteração da Forma de Atuação;
- Baixa

Além do processo de baixa ficar mais simplificado, a Lei Complementar nº 139/2011 trouxe também a possibilidade para o empreendedor de realizar a baixa do seu registro, mesmo quando este possuir débitos a serem pagos ao governo.

A baixa das empresas jurídicas somente será realizada quando não houver nenhum tipo de obrigação perante aos órgãos governamentais. Com o Microempreendedor Individual não era diferente, o mesmo somente conseguiria realizar este procedimento quando não possuísse nenhum débito pendente perante o fisco.

Com a referida lei houve, portanto, a seguinte alteração:

Art. 9º

§ 10º No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, o MEI poderá, a qualquer momento, solicitar a baixa nos registros independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 1 e 2.

Como visto o MEI poderá realizar a sua baixa sem o pagamento das suas obrigações perante o fisco, porém isto não impedirá que as mesmas sejam cobradas posteriormente como segue seguir.

§ 11º. A baixa referida no § 10 não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados do titular impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pela empresa ou por seu titular.

O § 12º do mesmo artigo ainda diz que “a solicitação de baixa na hipótese prevista no § 10 importa assunção pelo titular das obrigações ali descritas.” Sendo

assim, a baixa do MEI será realizada, porém o empreendedor ficará responsável pelos débitos não pagos.

Esta medida trouxe para o empreendedor um ótimo benefício, já que transferindo os débitos para o seu CPF conseguirá desta forma realizar o procedimento de baixa na empresa. Isto é de fato muito bom, pois se o Microempreendedor Individual não tem como realizar o pagamento de todas as dívidas para com o fisco no momento da baixa da sua empresa, o mesmo irá consequentemente contrair mais débitos se não conseguir recolher o valor devido mensalmente, já que independentemente de estar realizando as atividades da empresa ou não, o mesmo tem a obrigatoriedade de recolher esses valores.

Portanto ao transferir as obrigações devidas para o seu CPF, o Microempreendedor Individual irá dever para o fisco somente os valores que não foram recolhidos até o momento da baixa da empresa, não acumulando assim, mais débitos até conseguir baixar o empreendimento.

Em síntese, conclui-se que a realização da baixa ou da alteração cadastral em relação aos Microempreendedores Individuais passou a ter a mesma facilidade que os processos de abertura e registro, tornando tudo mais fácil para os empreendedores.

Houve, portanto, uma desburocratização em relação a estes procedimentos, já que o processo ficou mais simplificado, porém como demonstrado anteriormente, somente parte do mesmo encontra-se disponível, tendo de ser realizado tanto a baixa como a alteração cadastral presencialmente nas esferas Municipal e Estadual.

Sendo assim, seria de grande valia para o Microempreendedor Individual que o governo tomasse medidas para que seja realizado todo o procedimento por meio eletrônico como previsto em lei, para que assim, realmente não haja mais burocratização como se propôs fazê-lo.

4.1.4 Contratação de Empregado

Em relação à contratação de funcionários, o MEI continuará possuindo o direito de ter apenas um único empregado. Em vista disso, será permitida a

contratação de um funcionário em caso de afastamento legal do mesmo conforme segue no § 2º do artigo 18-C da Lei Complementar nº 139/2011:

§ 2º Para os casos de afastamento legal do único empregado do MEI, será permitida a contratação de outro empregado, inclusive por prazo determinado, até que cessem as condições do afastamento, na forma estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para o Microempreendedor Individual, a inclusão desta possibilidade foi de fato muito boa, pois o mesmo não ficará desamparado como antes, quando não tinha por lei o direito de contratar outro empregado em casos de afastamento.

4.1.5 Seguridade Social

Em relação aos aspectos previdenciários a Lei Complementar nº 139/2011 em seu artigo 18-A expõe o que está descrito abaixo:

§ 15º A inadimplência do recolhimento da contribuição para a Seguridade Social relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual, tem como consequência a não contagem da competência em atraso para fins de carência para obtenção dos benefícios previdenciários respectivos.

Assim o Microempreendedor Individual tem de recolher o valor fixo mensal sempre na respectiva data de vencimento, caso contrário, perderá a contagem do período de carência referente à competência paga em atraso para a concessão dos benefícios oferecidos.

Desta forma, se por ventura o empreendedor não conseguir realizar o pagamento da DASMEI na data correta, devido a alguma eventualidade, como por exemplo, uma greve bancária, este pagamento não irá fazer parte da contagem para o período de carência.

Como os pagamentos em atraso não contam para o período de carência, talvez o empreendedor não consiga requerer o benefício previdenciário. Sendo assim, esta alteração foi um tanto ruim para os Microempreendedores Individuais, já que mesmo pagando todos os meses o valor devido de contribuição e havendo recolhido somente um fora da data de vencimento, o empreendedor infelizmente não

conseguirá receber o benefício caso o pagamento atrasado for necessário para completar o período de carência exigido.

4.1.6 Obrigações Acessórias

Em relação às obrigações acessórias pertinentes ao Microempreendedor Individual foi criada uma declaração denominada de Declaração Única do MEI (DUMEI) que irá substituir a entrega de todas as informações, formulários e declarações que o MEI tem de apresentar.

Artigo 18-C Lei Complementar nº 139/2011

§ 3º [...]

I - entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil de uma única declaração com dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18- C, da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Conselho Curador do FGTS, observado o disposto no § 7º do art. 26;

§ 4º A entrega da declaração única de que trata o inciso I do § 3º substituirá, na forma regulamentada pelo CGSN, a obrigatoriedade de entrega de todas as informações, formulários e declarações a que estão sujeitas as demais empresas ou equiparados que contratam empregados, inclusive as relativas ao recolhimento do FGTS, à Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Como visto acima, todas as informações destinadas aos órgãos governamentais serão enviadas em uma única declaração, tendo como consequência a substituição da DASNSIMEI, GFIP, CAGED e RAIS, unificando desta maneira em um só documento todas as informações concedidas pelas mesmas.

Compete ao CGSN estabelecer, a forma, a periodicidade e o prazo desta declaração, entretanto o mesmo ainda não pôs a disposição dos Microempreendedores Individuais à mesma, já que esta por sua vez não foi desenvolvida. Deste modo, as empresas optantes do MEI continuam a apresentar todas as informações como as demais pessoas jurídicas.

Essa declaração facilitará a entrega de informações para o governo, já que as mesmas serão enviadas em um único documento. Conclui-se, portanto, que a DUMEI foi criada com o intuito de desburocratizar as obrigações acessórias por parte dos Microempreendedores Individuais, porém, como citado acima, a mesma ainda encontra-se no papel, o que é uma pena, já que com a consolidação da mudança imposta por lei haveria mais facilidades para a empresa optante pelo MEI.

4.1.7 Atividades permitidas

Além das alterações citadas acima a referida Lei Complementar nº 139/2011 trouxe também a possibilidade de optar pelo MEI o empresário que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

4.2 ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

Conforme disposto na Lei Complementar nº 128/2008, compete ao Comitê Gestor do Simples Nacional estabelecer as atividades permitidas a optarem pela sistemática de recolhimento do SIMEI, bem como sobre a incidência do ICMS e ISS para as empresas que optam por esse regime.

Partindo-se disso, desde o ano de 2008 em que foi instituído a figura jurídica do Microempreendedor Individual, houve por parte do CGSN a edição de algumas resoluções no que diz respeito ao contexto citado acima. Sendo assim, a seguir serão demonstradas as alterações trazidas pelas resoluções de nº 78, nº 94 e nº 104 do respectivo comitê.

A resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional de nº 58, emitida em 27 de abril de 2009, trazia em sua redação as regulamentações observadas na Lei Complementar nº 128/2008 além de identificar em seu anexo único as atividades permitidas a se regularizarem como Microempreendedores Individuais. A lista onde constam as ocupações permitidas pela resolução supracitada encontra-se no ANEXO A deste trabalho

A partir de então foi aprovada uma nova resolução por parte do CGSN alterando as ocupações permitidas a se cadastrarem como Microempreendedores Individuais. Em 13 de novembro de 2010 entrou em vigor a resolução de nº 78 que trouxe uma nova lista de atividades permitidas à adesão do SIMEI.

Na tabela número 4 encontram-se as atividades incluídas pela referida resolução.

Tabela 4 - Ocupações incluídas pela resolução CGSN nº 78

OCUPAÇÕES INCLUÍDAS
Abatedor de aves
Abatedor de aves com comercialização do produto
Artesão em cimento
Bike propagandista
Carroceiro - transporte de carga
Carroceiro - transporte de mudança
Coletor de resíduos não-perigosos
Comerciante de artigos de bebê
Comerciante de carvão e lenha
Comerciante de cestas de café da manhã
Comerciante de inseticidas e raticidas
Comerciante de móveis
Comerciante de produtos naturais
Comerciante de produtos para piscinas
Costureira de roupas, sob medida
Coveiro
Customizador de roupas
Disc jockey (dj) ou video jockey (vj)
Dublador
Editor de vídeo
Estampador de peças do vestuário
Esteticista
Fabricante de velas, inclusive decorativas
Guia de turismo
Instalador de antenas de tv
Instalador de equipamentos de segurança domiciliar e empresarial, sem prestação de serviços de vigilância e segurança

Continua...

Instalador de rede de computadores
Locador de instrumentos musicais
Locutor de mensagens fonadas e ao vivo
Mestre de obras
Produtor de pedras para construção, não associada à extração
Recarregador de cartuchos para equipamentos de informática
Reparador de artigos e acessórios do vestuário
Reparador de cordas, velames e lonas
Reparador de equipamentos esportivos
Reparador de equipamentos médico-hospitalares não-eletrônicos
Reparador de guarda chuva e sombrinhas
Reparador de móveis
Reparador de toldos e persianas
Vendedor de aves vivas, coelhos e outros pequenos animais para alimentação

Fonte: Adaptado da resolução CGSN nº 78

Além da inclusão de atividades houve também a retirada de ocupações já permitidas como demonstra a tabela número 5.

Tabela 5 - Ocupações retiradas pela resolução CGSN nº 78

OCUPAÇÕES RETIRADAS
Boiadeiro/vaqueiro
Caçador
Colhedor de castanha-do-pará
Colhedor de palmito
Colhedor de produtos não madeireiros
Lavrador agrícola
Pescador em água doce
Pescador em água salgada
Podador agrícola
Produtor de algas e demais plantas aquáticas
Reflorestador
Seringueiro

Fonte: Adaptado da resolução CGSN nº 78

Conforme o CGSN as atividades elencadas na tabela número 5 “foram retiradas, a pedido das entidades de classes, da lista de atividades permitidas para

inscrição como Microempreendedor Individual. Os empreendedores já inscritos nessas atividades não serão desenquadrados por iniciativa das administrações tributárias.”

As alterações trazidas pela resolução nº 78 entraram em vigor em 01 de dezembro de 2010.

Posteriormente a estas alterações o CGSN aprovou a resolução de nº 94 em 29 de novembro de 2011, sendo que a mesma consolidou todas as resoluções aprovadas anteriormente pelo referido comitê. Com ela não houveram apenas alterações voltadas para atividades permitidas, mas também mudanças em relação à incidência de ISS para algumas ocupações já autorizadas.

Na tabela 6 seguem as mudanças nas ocupações permitidas a adesão ao SIMEI.

Tabela 6 - Ocupações incluídas e retiradas pela resolução CGSN nº 94

OCUPAÇÕES QUE PASSAM A SER PERMITIDAS
Beneficiador de castanha
Comerciante de produtos de higiene pessoal
Fabricante de amendoim e castanha de caju torrados e salgados
Fabricante de polpas de frutas
Fabricante de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes
Técnico de sonorização e de iluminação
OCUPAÇÕES QUE PASSAM A SER VEDADAS
Concreteiro
Mestre de Obras
Comerciante de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas

Fonte: Adaptado da resolução CGSN nº 94

Nesta mesma resolução houve por parte do Comitê Gestor do Simples Nacional a inclusão da cobrança do ISS em algumas ocupações já permitidas. Com isso os Microempreendedores Individuais que exercem atividades onde existia apenas a incidência do ICMS, passarão com esta mudança a ser contribuintes dos dois impostos.

As atividades elencadas na tabela 7 são as que passarão a ter incidência do ISS.

Tabela 7 - Inclusão de ISS em atividades pela resolução CGSN nº 94

INCLUSÃO DA INCIDÊNCIA DE ISS EM ATIVIDADES JÁ PERMITIDAS
Costureiro de roupas, exceto sob medida
Editor de jornais
Editor de lista de dados e de outras informações
Editor de livros
Editor de revistas
Editor de vídeo
Fabricante de parte de peças do vestuário – facção
Fabricante de parte de roupas íntimas – facção
Fabricante de parte de roupas profissionais – facção
Fabricante de partes para calçados
Proprietário de casas de festas e eventos

Fonte: Adaptado da resolução CGSN nº 94

A resolução CGSN nº 94/2011 entrou em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Em 2013 passaram a vigorar as mudanças impostas ao Microempreendedor Individual pela resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 104. A referida resolução foi aprovada em 12 de dezembro de 2012 e trouxe a possibilidade de registro como MEI para os profissionais que realizam atividades de Calheiro e Reparador de Artigos de Tapeçaria.

Além disso, com a aprovação da resolução supracitada foi extinta a cobrança de ISS para os Microempreendedores Individuais que atuam como Comerciantes de Equipamentos e Suprimentos de Informática. Em contra partida a isso, a mesma instituiu a cobrança do mesmo imposto para outras dez ocupações.

Sendo assim, os Microempreendedores Individuais que exercerem as atividades evidenciadas na tabela 8, passarão a ser contribuintes do ICMS e do ISS.

Tabela 8 - Inclusão de ISS em atividades pela resolução CGSN nº 104

INCLUSÃO DA INCIDÊNCIA DE ISS EM ATIVIDADES JÁ PERMITIDAS
Fabricante de artefatos estampados de metal
Fabricante de esquadrias metálicas
Fabricantes de letreiros, placas e painéis não luminosos
Fabricantes de painéis e letreiros luminosos
Marceneiro
Reciclador de borracha, madeira, papel e vidro
Reciclador de materiais metálicos, exceto de alumínio
Reciclador de material plástico
Reciclador de sucatas de alumínio
Serralheiro

Fonte: Adaptado da resolução CGSN nº 104

Enfim, percebe-se que em todas as resoluções demonstradas acima, houve a inclusão de atividades permitidas a optarem pelo MEI, nas quais, os empreendedores que desempenharem tais operações podem vir a optarem por esta sistemática, fazendo assim, com que muitos profissionais que atuavam na informalidade tenham a oportunidade de se registrarem como Microempreendedores Individuais.

Todavia, também foram excluídas algumas ocupações que anteriormente poderiam vir a se enquadrarem no SIMEI, porém a retirada de tais ocupações não irá alterar a situação do empreendedor já legalizado que desempenhar atividade que passou a ser vedada, já que o impedimento será apenas para aqueles que desejarem se registrarem como MEI após a aprovação das resoluções do CGSN.

Além destas mudanças, ocorreu também a incidência do ISS em algumas atividades onde somente era-se devido o ICMS, com isso houve um aumento no valor devido mensalmente para os empreendedores que desempenharem tais ocupações descritas anteriormente.

Anteriormente a esta mudança, o MEI pagaria apenas 5% sobre o salário mínimo vigente acrescido de mais R\$ 1,00 (um real) referente ao ICMS. Agora além destes valores terá de recolher juntamente com ambos o montante de R\$ 5,00 (cinco reais) correspondente ao ISS, ou seja, haverá um maior desembolso por parte

do empreendedor, porém o mesmo não é tão exorbitante, o que não o impedirá de continuar com o seu empreendimento.

4.3 ALTERAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO MEI

Com a aprovação da Medida Provisória nº 529 de 7 de abril de 2011, houve por parte do governo federal a alteração da contribuição para a Seguridade Social perante a figura do Microempreendedor Individual. A Medida Provisória citada acima determinou a redução na contribuição previdenciária para os profissionais cadastrados como MEI, promovendo consequentemente uma diminuição na carga tributária para os mesmos.

A Medida Provisória supracitada foi convertida na Lei nº 12.470 em 31 de agosto de 2011. Esta lei, dentre os assuntos tratados, faz menção a respeito da alíquota diferenciada de contribuição previdenciária para o Microempreendedor Individual. Em relação a este tema o artigo 1º § 2º da referida lei estabelece o seguinte.

§ 2º No caso de opção pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de:

I - 11% (onze por cento), no caso do segurado contribuinte individual, ressalvado o disposto no inciso II, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado e do segurado facultativo, observado o disposto na alínea *b* do inciso II deste parágrafo;

II - 5% (cinco por cento):

a) no caso do microempreendedor individual, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

b) do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.

Como visto acima, o Microempreendedor Individual pagará um percentual fixo de 5% do salário mínimo vigente, ao invés de 11% como cobrado anteriormente, produzindo uma queda na alíquota de contribuição para a Seguridade Social.

A alteração trazida pela Lei 12.470/2011 entrou em vigor em 1º de maio de 2011, desta forma a tabela número 9 demonstra como passou a ser o recolhimento da contribuição previdenciária.

Tabela 9: Recolhimento do INSS

RECOLHIMENTO	INSS
Competência	%
Até abril de 2011	11%
A partir de maio de 2011	5%

Fonte: Elaborado pela autora 2013

Vale lembrar que a redução da alíquota para a contribuição previdenciária somente se dará para aqueles que optarem pelo benefício de aposentadoria por idade, caso contrário o § 3º do mesmo artigo dispõe o que está descrito a seguir.

§ 3º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá complementar a contribuição mensal mediante recolhimento, sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário de contribuição em vigor na competência a ser complementada, da diferença entre o percentual pago e o de 20% (vinte por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o § 3o do art. 5o da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Portanto se o Microempreendedor Individual optar pelo benefício de aposentadoria por tempo de contribuição terá de recolher a diferença de 15% (quinze por cento) sobre o salário mínimo vigente.

Para aqueles que optam pela aposentadoria por tempo de contribuição, a redução da alíquota previdenciária de 11% para 5% não trouxe mudança alguma, já que os Microempreendedores Individuais que optarem por este tipo de aposentadoria terão de pagar de qualquer maneira os 20% necessários para que seja computado o tempo de contribuição do mesmo.

Porém, para os empreendedores que optarem pelo benefício da aposentadoria por idade, esta mudança foi de fato muito boa, já que com ela, os mesmos passaram a ter de desembolsar mensalmente um valor bem menor do que

já o vinham fazendo, além disso, os benefícios previdenciários continuaram os mesmos. Sendo assim, os Microempreendedores Individuais obtiveram um custo mensal reduzido e a conservação dos benefícios que já lhes eram destinados. Em síntese, a redução da alíquota previdenciária tornou o Microempreendedor Individual mais atrativo, já que com isso houve a diminuição do valor devido mensalmente.

5 POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Desde a instituição da Lei Complementar nº 128/2008, ocorreram várias alterações na legislação do Microempreendedor Individual como visto nos itens demonstrados anteriormente, porém, ainda existem no Senado Federal algumas propostas para a realização de mudanças perante o MEI.

Estão em tramitação no Senado determinados Projetos de Lei envolvendo a figura do Microempreendedor Individual. Como o próprio nome já diz, esses projetos são conjuntos de normas, que tem como único objetivo tornar-se Lei. Sendo assim, os Projetos de Lei supracitados que estão sendo submetidos à aprovação, podem por ventura tornassem Lei e alterar por mais uma vez a legislação do Microempreendedor Individual.

A seguir serão apresentados os Projetos de Lei que se referem ao Microempreendedor Individual.

5.1 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246 DE 2011

O Projeto de Lei nº 246 de 2011, tem como intuito diminuir a burocracia por parte dos Microempreendedores Individuais em relação às obrigações exigidas quando da contratação de empregado, sugerindo por tanto acrescentar na Lei Complementar nº 123/2006 o que está descrito a seguir:

Art. 52-A. Os Microempreendedores Individuais estão dispensados da apresentação da Relação Anual de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

§ 1º O abono salarial, garantido pelo art. 239 da Constituição Federal, será pago aos empregados dos Microempreendedores Individuais, com base nas anotações existentes em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

§ 2º O Seguro-Desemprego será pago, na forma do regulamento, aos empregados de Microempreendedores Individuais, com base nas anotações existentes em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, informações

sobre recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e termo de rescisão contratual.

Este projeto de lei foi apresentado pelo Senador Armando Monteiro, sendo que a justificativa para esta mudança segundo o mesmo é de “aprofundar o processo de simplificação da legislação trabalhista em relação, especialmente, aos Microempreendedores Individuais (MEI).”

O próprio Projeto de Lei supracitado destaca que esta proposta já esteve anteriormente sujeita a aprovação no Senado Federal para tentar dispensar a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte da entrega da RAIS e do CAGED, porém a mesma acabou não obtendo êxito algum, devido ao veto do paragrafo único do artigo 52 da Lei Complementar nº 123/2006 demonstrado abaixo.

Art. 52.

VETO

Parágrafo único

O Comitê Gestor estabelecerá, por resolução, modo simplificado de apresentação das declarações previstas no inciso IV do caput deste artigo.

Razões do veto

Em primeiro lugar, faz-se necessário destacar que o pagamento do abono salarial, benefício garantido pelo art. 239 da Constituição Federal, é viabilizado pelas informações constantes na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Para requerer tal benefício, o trabalhador que tem direito a ele deve ter seu vínculo empregatício informado na declaração da RAIS do órgão/empresa em que trabalha.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, por sua vez, subsidia a concessão do seguro-desemprego, benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art. 70 dos Direitos Sociais da Constituição Federal, que tem por finalidade promover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa. Para receber seu benefício, o trabalhador que tem direito deve ter as informações sobre seus últimos vínculos empregatícios validadas pelo sistema CAGED. Dessa forma, a declaração por parte de toda e qualquer empresa sobre a admissão, o desligamento ou a transferência de cada empregado com contrato de trabalho regido pela CLT, nos meses em que essa movimentação tenha ocorrido, é imprescindível para o acesso ao benefício. Além de garantir acesso a dois dos mais importantes benefícios do sistema público de emprego, as informações geradas a partir da RAIS e do CAGED são indispensáveis para a elaboração, o monitoramento e a avaliação do conjunto de políticas públicas de emprego, tais como a intermediação da mão-de-obra, a qualificação profissional e o programa de geração de emprego e renda. Além do mais, esse banco de dados subsidia todas as ações da fiscalização do trabalho, que objetivam garantir a concretização dos direitos sociais dos trabalhadores (previstos na Constituição Federal e nas leis gerais que regulam as relações de trabalho e normas de direito coletivo do trabalho) e aumentar os índices de formalização do emprego, gerando receita fiscal e previdenciária. Não se pode ignorar, também, que a partir dos dados informados à RAIS e ao

CAGED são geradas estatísticas fundamentais para subsidiar o planejamento do setor privado. Nesse sentido, a simplificação da declaração dos Registros Administrativos RAIS e CAGED para microempresas e empresas de pequeno porte pode comprometer futuros diagnósticos sobre o papel, as potencialidades e os entraves colocados para esses empreendimentos, limitando a capacidade do Estado atuar em seu favor. Ressaltamos que não existe no País outra fonte de informação de caráter censitária, mensal ou anual, que disponibilize dados sobre o mercado de trabalho formal em nível nacional.

O veto nos diz que não se pode dispensar a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte da entrega de ambas as declarações, em razão do pagamento do abono salarial e a concessão do seguro desemprego, pois para o recebimento de ambos os benefícios são necessárias às informações contidas na RAIS e no CAGED.

Conforme o Projeto de Lei nº 246 de 2011:

Esse veto decorre, da resistência da burocracia, sempre ciosa dos poderes implícitos em cada uma dessas exigências legais, sempre disposta a transferir para o cidadão a responsabilidade pelo fornecimento de dados que interessam à Administração. Tudo isso é incompatível com as facilidades da circulação de informações decorrentes da informatização. Dados sobre a situação de emprego e desemprego não são, obviamente, de responsabilidade de empregadores e de empregados. Quiçá, as informações exigidas possam ser encontradas nos arquivos da Caixa Econômica Federal.

O motivo para apresentar novamente esta proposta, desta vez em favor dos Microempreendedores Individuais de acordo com o Senador Armando Monteiro é que “não há, razões para exigir dos Microempreendedores Individuais o preenchimento de declarações, a um elevado custo contábil, se órgãos públicos podem obter os mesmos dados com menor custo relativo.”

É notório que as microempresas e as empresas de pequeno porte sofrem com os elevados custos burocráticos da manutenção das relações de trabalho, que exigem a contratação de um contador para cumprir as exigências legais, reduzindo a disponibilidade de recursos até para o pagamento de uma remuneração melhor aos empregados. (PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246 DE 2011)

Sendo assim, com os dados expostos acima, percebe-se que a proposta de utilizar as anotações da Carteira Profissional do Trabalho, os dados existentes na Previdência Social e Caixa Econômica Federal, para a concessão do abono salarial e do seguro desemprego por parte dos empregados dos Microempreendedores

Individuais, dispensarão os mesmos de procedimentos burocráticos, não tendo mais a necessidade da contratação de um contador.

O Projeto de Lei citado anteriormente frisa que a necessidade de dispensar essas declarações por parte do Microempreendedor Individual não se dá somente pelo fato de diminuir os procedimentos burocráticos, e sim pelo mesmo ter de arcar com os custos de um contador, porém se esquece que ao contratar um funcionário o empregador tem de pagar todos os encargos relacionados ao empregado, tendo muitas vezes que recorrer a um contador, já que na maioria dos casos, os empreendedores não possuem conhecimento suficiente para a realização dos procedimentos relacionados com o departamento pessoal da empresa.

Portanto conclui-se que a aprovação deste Projeto de Lei, poderá diminuir as burocracias envolvidas em relação à contratação do empregado por parte dos Microempreendedores Individuais, já que não será mais necessária a entrega da RAIS e do CAGED, porém os mesmos ainda necessitarão de um contador se possuir um funcionário, pois é através dele que conseguirá a folha de pagamento do empregado além das guias mensais para o pagamento do INSS e FGTS do mesmo.

Cabe resaltar ainda que com a aprovação da Declaração Única do MEI (DUMEI) pela Lei Complementar nº 139/2011, dificilmente o Projeto de Lei nº 246/2011 possa ser aprovado, pois é através desta declaração que a empresa enviará todas as informações pertinentes a empresa para o governo, dentre elas a RAIS e o CAGED.

A DUMEI foi criada exatamente para diminuir os procedimentos burocráticos em relação ao Microempreendedor Individual, e este é um dos objetivos do Projeto de Lei em questão, por isso, ressaltasse que possivelmente o mesmo não seja aprovado.

5.2 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92 DE 2012

Conforme Teixeira (2009), “na Justiça do Trabalho, para se interpor um recurso é necessário o pagamento de custas e emolumentos, e na hipótese de recurso do empregador contra condenação em valores é necessário ainda a efetivação do depósito recursal.”

Neto (2012, p. 307) afirma que “depósito recursal é o depósito prévio estabelecido para os empregadores condenados em pecúnia, como requisito para a interposição de recurso, sendo que o seu pagamento deve ser feito na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do empregado.” Ou seja, somente é exigível o depósito recursal quando há a condenação por parte da empresa para o pagamento dos valores ao empregado.

Portanto se houver condenação judicial a favor do empregado, e a empresa ter a obrigação de pagar os valores devidos ao mesmo, o empregador só poderá recorrer da decisão do juiz se realizar o depósito recursal.

O Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2012 traz consigo a proposta de dispensar os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho.

Conforme o Projeto de lei citado, a Lei nº 12.275/2010 acrescentou o § 7º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) conforme exposto a seguir.

Art. 899

[...]

§ 7º No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

Como visto acima, tornou-se obrigatório realizar o depósito recursal correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor devido ao empregado, se acaso o empregador decidir recorrer da decisão judicial. Conforme o Senador Eduardo Amorim, que foi quem propôs o Projeto de Lei citado anteriormente, “houve uma dificuldade adicional e quase intransponível para milhares de empresas de pequeno porte que, tendo fundamento justo para agravar, ficam impossibilitadas de fazê-lo por falta de recursos financeiros.”

Em vista disto o Projeto de Lei nº 92 de 2012 apresenta a sugestão de acrescentar ao artigo 899 da CLT o § 8º demonstrado abaixo.

Art. 899

[...]

§ 8º A exigência a que se refere o § 7º não se aplica aos Microempreendedores Individuais, às microempresas e às empresas de

pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

A razão de sugerir essa mudança conforme o Projeto de Lei supracitado foi o de compreender que a inclusão do § 7º iria restringir a utilização do depósito recursal por parte dos empregadores, pois “na prática, pequenos empreendedores estão tão ou mais desprovidos de recursos financeiros que os empregados, já que ambos os litigantes são, na maior parte dos casos, de renda baixa ou média.”

Deste modo, a proposta do Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2012 é a de “dispensar os pequenos empreendimentos do depósito recursal previsto no § 7º do art. 899 da CLT, já que as Micro e Pequenas Empresas e os Microempreendedores Individuais foram afetados de forma negativa”

Entende-se portanto que este Projeto de Lei, visa pela saúde financeira das pequenas empresas, que muitas vezes não possuem recursos necessários para recorrer da decisão judicial.

Para o Microempreendedor Individual se o mesmo seja aprovado, será de grande valia, pois se o empreendedor possuir motivos justos para afrontar a decisão do juiz, e conseguir reverter a situação a seu favor, não necessitará desembolsar o valor estipulado na condenação para o seu empregado, coisa que na maioria das vezes se veria impossibilitado de se fazer devido a exigência do § 7º do artigo 899 da CLT.

5.3 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2012

O Projeto de Lei do Senado nº 370 de 2012, traz consigo, a proposta de alterar a Lei nº 11.101 de 2005, sendo que a mesma trata da falência do empresário e da sociedade empresária.

Conforme Vampré (1925, p. 9) a falência é “a execução coletiva dos bens do devedor, a qual concorrem todos os credores para o fim de arrecadar o patrimônio disponível, verificar os créditos, liquidar o ativo, e solver o passivo, em rateio, ou observadas as preferências legais.”

Fuher (1998, p. 27) define falência como “um processo de execução coletiva, em que todos os bens do falido são arrecadados para uma venda judicial forçada, com a distribuição proporcional do ativo entre os credores.”

Almeida (2009, p. 251) ressalta que “a Lei de Falências estabelece preferências e privilégios a diversos créditos, determinados tais privilégios pela própria natureza da respectiva obrigação, disso resultando preferências e vantagens de alguns credores.”

A medida que se realiza o ativo, a empresa passa ter recursos disponíveis para efetuar os pagamentos devidos. Todavia os recursos obtidos com a realização do ativo dificilmente serão suficientes para pagar todos credores. Assim, o pagamento deve obedecer a uma ordem de preferência estabelecida, com o intuito de privilegiar aqueles créditos que gozam de maior importância. (TOMAZETTE, 2012, p. 517)

Diante disso, o Projeto de Lei citado anteriormente tem por objetivo incluir o Microempreendedor Individual e a Microempresa na ordem de classificação dos créditos na falência, para assegurar assim, a prioridade ao crédito de ambos na ordem de recebimento dos mesmos.

O Projeto de Lei nº 370 de 2012 nos descreve que “os Microempreendedores Individuais e as Microempresas não gozam de qualquer consideração especial na classificação dos créditos na falência.” Em vista disso, o Projeto de Lei citado anteriormente sugere que a Lei 11.101/2005 passe a vigorar com a seguinte mudança:

Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, e dos decorrentes de contratos firmados com microempreendedor individual ou microempresa, vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

§1º O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

§2º O disposto no § 1º deste artigo aplica-se aos créditos decorrentes de contratos firmados com microempreendedor individual, respeitado o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por credor.

A Lei de Falências estabelece preferências e privilégios a diversos créditos, determinados tais privilégios pela própria natureza da respectiva obrigação,

disso resultando preferências e vantagens de alguns credores. (ALMEIDA, 2009, p. 251)

Diante disso, o artigo nº 83 da Lei 11.1101 de 2005, nos diz, que a classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

- I** – os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;
- II** - créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;
- III** – créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;
- IV** – créditos com privilégio especial;
- V** – créditos com privilégio geral;
- VI** – créditos quirografários;
- VII** – as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias;
- VIII** – créditos subordinados.

Sendo assim, ao realizar o ativo da empresa, a mesma deverá obedecer esta ordem de preferência para proferir o pagamento dos créditos.

Em suma, como pretende-se incluir na ordem de classificação demonstrada acima o Microempreendedor Individual e a Microempresa, o Projeto de Lei nº 370 de 2012 almeja acrescentar ao artigo nº 83 da Lei 11.101/2005 o seguinte inciso.

- II** – créditos decorrentes de contratos firmados com microempreendedor individual ou microempresa, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor.

Como pode-se perceber, os Microempreendedores Individuais e as Microempresas gozarão da segunda posição na ordem de classificação dos créditos na falência. Portanto, se este Projeto de Lei for aprovado, a lista será numerada novamente e os demais ficarão abaixo dos já mencionados.

Para apresentar o Projeto de Lei nº 370 de 2012 ao Senado, o Senador Benedito de Lira alegou que:

É fundamental que seja concedida, no procedimento de recuperação judicial e da falência, prioridade ao crédito dos microempresários, pois para a

sustentabilidade desses pequenos negócios, o crédito, por menor que seja se apresenta vital, pois usualmente não possuem capital suficiente para recompor o caixa abalado pelo inesperado débito gerado pela empresa devedora.

Percebe-se que o Projeto de Lei nº 370 de 2012 fará com que as microempresas tenham o direito de receber prioritariamente o seu crédito, já que com atual ordem de classificação dos créditos na falência, as mesmas podem por ventura não receberem os valores que lhes são devidos pelo falido.

Isto decorre, pelo fato, de serem pagos primeiramente na falência os créditos prioritários designados pela Lei 11.101/2005. Na maioria das vezes, as Microempresas se tornam credores quirografários. Conforme Tomazete (2012, p. 533) os créditos quirografários “são entendidos como aqueles comuns, que não possuem qualquer garantia ou privilégio.” Como estes ocupam a sexta posição na ordem de recebimento dos créditos na falência, talvez os mesmos não possam receber, já que dificilmente haverá recursos suficientes por parte da empresa devedora para o pagamento de todos os credores.

Sendo assim, se o projeto citado anteriormente for aprovado, oferecerá aos Microempreendedores Individuais, a chance de receberem os valores devidos pela massa falida com preferência, sendo isso de grande valor, já que se não receberem este tratamento favorecido, talvez não consigam se recuperar do desfalque inesperado causado pela empresa devedora.

Conforme o artigo nº 146 da Constituição Federal, “as microempresas têm de receber tratamento preferencial e favorecido”, desse modo, nada mais justo que oferecer aos Microempreendedores Individuais a vantagem de receberem com prioridade o que lhes é devido, pois se não houver a aprovação deste Projeto de Lei os mesmos não podem assegurar que receberão o que é seu por direito.

5.4 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125 DE 2013

Com o surgimento da Emenda Constitucional nº 72/2013 do Ministério do Trabalho e Emprego, houve a alteração do artigo 7º da Constituição Federal em prol das empregadas domésticas. Esta mudança ocorreu para garantir que as mesmas

possam usufruir dos direitos trabalhistas como qualquer outro trabalhador urbano ou rural.

As empregadas domésticas, por sua vez, para adquirirem os direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, devem possuir vínculo empregatício. Conforme acórdão proferido pelo TRT da 2ª Região “o comparecimento duas vezes na semana não configura a relação de emprego”, portanto, somente se a empregada doméstica comparecer três dias ou mais por semana no local de trabalho é que acarretará o vínculo empregatício.

Já que o governo garantiu todos os direitos e benefícios trabalhistas às empregadas domésticas mensalistas, houve por parte do Senador José Pimentel, apresentar uma proposta ao Senado voltada para as diaristas que realizam trabalhos domésticos e não possuem vínculo empregatício. Criou-se, portanto, o Projeto de Lei do Senado nº 125 de 2013, que tem por finalidade intervir a favor das empregadas domésticas, oferecendo para aqueles que prestarem atividades de limpeza e de serviços domésticos a possibilidade de optarem pelo regime do Microempreendedor Individual.

Sendo assim, o Projeto de Lei referido vem a propor incluir no artigo 18-A da Lei Complementar nº 128 de 2008 o que está citado a seguir:

Art. 18-A

[...]

§ 4º-C Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empreendedor individual que exerça atividade de limpeza e de serviços domésticos.

O Senador José Pimentel apresentou o projeto supracitado devido ao crescimento no número de profissionais que exercem serviços domésticos. Para justificar, esta proposta, o mesmo se baseou na pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística) e PENAD (Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio), onde se verificou que o percentual de profissionais que exercem serviços domésticos sem habitualidade saltou de 16,4%, em 1992, para 30% em 2011.

De acordo com a mesma pesquisa, somente 25% dessas diaristas estão inscritas na Previdência Social como Contribuintes Individuais, sendo que o restante atua na informalidade, não usufruindo portanto dos benefícios previdenciários.

O Projeto de Lei nº 125 de 2013, resalta que outro importante motivo para apresentar esta sugestão ao Senado foi a “falta de capacidade financeira por parte destes profissionais em contribuir com a Seguridade Social, o que faz com que os mesmos prefiram continuar na informalidade.”

Com a mudança proposta, o diarista poderá deixar a condição de Contribuinte Individual, em que recolhe 11% de seus rendimentos, e passar a ser um microempreendedor individual, recolhendo apenas 5% do salário mínimo à Previdência Social, mais R\$ 5,00 para o município, a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. (PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125 DE 2013)

Com base no salário mínimo vigente em 2013, para ilustrar o que foi dito acima segue a tabela número 10.

Tabela 10: Custo mensal de recolhimento de INSS

CUSTO MENSAL DE RECOLHIMENTO DE INSS	
Salário Mínimo	R\$ 678,00
Contribuinte Individual 11%	R\$ 74,58
Microempreendedor Individual 5%	R\$ 33,90

Fonte: Elaborado pela autora 2013.

Em síntese, como visto o valor de recolhimento para a Seguridade Social na condição de Microempreendedor Individual será de R\$ 33,90 (trinta e três reais e noventa centavos), porém, deve-se acrescer ao mesmo o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) correspondente aos serviços prestados devido ao município. Portanto, o valor de recolhimento mensal do MEI será de R\$ 38,90 (trinta e oito reais e noventa centavos), tendo como consequência uma considerável redução no valor de contribuição.

Com o exposto, conclui-se que se aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 125 de 2013, a classe das empregadas domésticas será beneficiada, pois ao se legalizarem como Microempreendedor Individual as mesmas continuarão a usufruir de todos os benefícios previdenciários que já obtinham quando estavam na condição de contribuinte individual, porém com um valor de contribuição para a Seguridade Social bem mais atrativo, já que haverá uma redução neste recolhimento das já mencionadas.

Por fim, esta possível aprovação pode vir a trazer um grande estímulo para que as empregadas domésticas que atuam na informalidade venham a se

legalizarem, já que o custo benefício será muito atrativo. Sendo assim, mesmo aquelas que não possuem condições financeiras elevadas, poderão se registrarem, já que o valor a ser desembolsado mensalmente será baixíssimo, comparado com os benefícios previdenciários oferecidos.

6 CONCLUSÃO

Ao realizar este trabalho, percebeu-se que houveram algumas alterações na legislação do Microempreendedor Individual, sendo que com as informações obtidas através desta pesquisa, pode-se analisar a relevância das mesmas.

A Lei Complementar nº 139 de 2011, trouxe consigo mudanças significativas em relação a esta figura jurídica, onde muitas apresentaram caráter positivo.

Apenas a mudança voltada para a inadimplência do recolhimento da contribuição para a Seguridade Social pode-se considerar negativa aos olhos dos Microempreendedores Individuais, já que a mesma consiste em não acrescer os pagamentos realizados em atraso ao período de carência para concessão de benefícios previdenciários. Em suma, se tal fato ocorrer os mesmos sairão prejudicados, caso a competência paga fora da data de vencimento seja necessária para obter o benefício requerido.

Com exceção da mudança citada anteriormente, todas as demais alterações realizadas pela referida lei trouxeram mais facilidades para os empreendedores que estão ou queiram se legalizar como MEI. Como já demonstradas nesta pesquisa, às mesmas reduziram ainda mais os custos e a burocracia existente, simplificando desta maneira os procedimentos realizados pelos empreendedores.

Por outro lado, como já visto, nem tudo que está disposto na legislação está operando como dita a lei. Sendo assim, espera-se que o governo tome medidas para que se faça jus ao que foi imposto, para que desta maneira tudo opere como proposto e estabelecido.

Em relação às alterações trazidas pelo CGSN, pode-se dizer que a mais relevante delas foi a da inclusão de diversas atividades na lista de ocupações permitidas a adesão do SIMEI, pois desta maneira milhares de profissionais que designam tais operações conseguiram ter a oportunidade de se tornarem Microempreendedores Individuais.

Em contra partida, houve também a vedação de algumas atividades. Para os empreendedores já legalizados, esta alteração não modificou em nada a situação de ambos, já que os mesmos continuarão legalizados como MEI, porém para muitos

profissionais que desempenham tais atividades a mesma se torna negativa já que estes não poderão mais se enquadrarem no SIMEI. Isto de fato se torna ruim, pois se os mesmos não possuem condições de abrir e sustentar uma empresa e o MEI se tornaria a melhor opção para eles, consequentemente esses trabalhadores continuarão a executar as suas atividades na informalidade.

Ademais, outra mudança realizada pelo CGSN consiste na cobrança de ISS para algumas atividades que anteriormente eram contribuintes apenas do ICMS. Para o governo, esta mudança é positiva, já que assim aumentará a arrecadação dos tributos, porém para os Microempreendedores Individuais, a mesma não foi favorável, já que o custo mensal será maior. Contudo, o valor a ser desembolsado não será tão abundante, o que não afetará desta maneira a saúde financeira do empreendimento.

Dentre as alterações realizadas pelo Governo Federal perante a figura do Microempreendedor Individual, percebe-se que a que apresentou uma maior relevância para os mesmos, foi àquela apresentada pela Lei nº 12.470 de 31 de agosto de 2011. Como já visto neste trabalho, a mesma reduziu a alíquota de contribuição para a Seguridade Social, tendo como consequência a diminuição do valor mensal a ser pago pelos empreendedores. Desta maneira, com o custo mensal reduzido, esta mudança foi benéfica, já que os benefícios concedidos a eles serão os mesmos. Em suma o MEI se tornou mais atrativo, o que de fato foi ótimo também para o Governo Federal, já que dessa forma mais profissionais deixaram a informalidade.

Além das mudanças já impostas por lei, percebe-se ainda que existem no Senado Federal algumas propostas voltadas para os Microempreendedores Individuais, ou seja, nota-se que há por parte dos Senadores um olhar diferenciado no que diz respeito a essa figura jurídica, o que demonstra que ambos almejam beneficiar ainda mais essa classe.

Por fim, diante do exposto, constatou-se que houveram varias mudanças em relação ao Microempreendedor Individual, sendo algumas favoráveis e outras nem tanto, mas percebe-se que o governo vem agindo para trazer mais facilidades para essa figura jurídica que cresce cada vez mais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa**: 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na graduação. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG)**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, V. 21, n. 3, dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9627/5788>>.

Acesso: em 5 de mar 2013.

DE SOTO, Hernando. **Economia subterrânea – uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Economia subterrânea. Disponível em: <<http://www.etco.org.br/11/wp-content/uploads/valor-28112012-economia-subterranea.pdf>> Acesso em: 02 de mar. de 2013

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Roteiro de falência e concordatas**. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 16. ed. Porto Alegre: Ed. Vozes, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEI nº8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em :
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm> Acesso em: 10 de mar. de 2013.

LEI nº8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em :
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm> Acesso em: 10 de mar. de 2013.

LEI nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm> Acesso em: 08 de mar. de 2013.

LEI 12.470, de 31 de agosto de 2011. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12470.htm> Acesso em: 02 de mai. de 2013.

LEI COMPLEMENTAR nº 126, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em: 08 de mar. de 2013.

LEI COMPLEMENTAR nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>
> Acesso em: 08 mar. de 2013.

LEI COMPLEMENTAR nº 139, de 10 de novembro de 2011. Disponível em:
<[http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2011/leicp139.h
tm](http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2011/leicp139.htm)> Acesso em: 30 de abr. 2013.

Medida Provisória nº 529, de 07 de abril de 2011. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/mpv/529.htm> Acesso
em: 02 de mai. de 2013.

NASCIMENTO, João Carlos Hipólito B. do; REIS, Juliana da Silva; SANTOS, Ana Kaline Fernandes dos. SANTOS, Reginaldo Alves dos; VASCONCELOS, Marilúcia de Souza Correia. **O programa empreendedor individual e os fatores determinantes à adesão:** Um estudo empírico no vale do São Francisco. **RBC:** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v. 40, n. 191 , p.[32]-47, out. 2011.

NETO, Bento Herculano Duarte; **Direito processual do trabalho.** Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

Pesquisa Global Entrepreneurship Monitor. Disponível em:
<[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/96
96c98c23d137fd0d8af1300d9742b0/\\$File/4226.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9696c98c23d137fd0d8af1300d9742b0/$File/4226.pdf)> Acesso em 01 de mar. de 2013.

Portal do Empreendedor. Disponível em:
<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>>. Acesso em: 05
de mar. de 2013.

Previdência Social. **Benefícios da Cobertura Previdenciária para o Empreendedor.** Disponível em:
<<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=823>> Acesso em: 10 de
mar. 2013.

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 246, de 11 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/getPDF.asp?t=104717&tp=1>>
Acesso em: 20 de ago. de 2013

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 92, de 11 de Abril de 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=105405&c=PDF&tp=1>>
Acesso em: 20 de ago. de 2013

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 370, de 16 de Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=115360&c=PDF&tp=1>>
Acesso em: 20 de ago. de 2013

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 125, de 25 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=126011&tp=1>> Acesso em: 20 de ago. de 2013.

Resolução CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/resolucao/2009/cgsn/resol58.htm>>.
Acesso em: 08 de mar. de 2013.

Resolução CGSN nº 78, de 13 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/resolucao/2010/CGSN/Resol78.htm>>.
Acesso em: 30 de abr. de 2013

Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2011/CGSN/Resol94.htm>>
Acesso em: 30 de abr. de 2013

Resolução CGSN nº 104, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2012/CGSN/Resol104.htm>>
> Acesso em: 30 de abr. de 2013

Resolução CGSIM nº 26, de 08 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2011/CGSIM/Resol026.htm>> Acesso em: jun. de 2013

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SALIM, Cesar Simões, et al. **Administração Empreendedora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TANZI, V. **A economia subterrânea, suas causas e consequências**. In: *Economia subterrânea: uma visão contemporânea da economia informal no Brasil* instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TEIXEIRA, Leonardo Fernandes. **O depósito recursal no processo trabalhista frente ao exercício do amplo acesso à justiça da micro e pequena empresa**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 69, out 2009. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6854 Acesso em: 21 de ago. de 2013.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas**. São Paulo: Atlas, 2012.

VAMPRÉ, Spencer. **Tratado elementar de direito comercial**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & CIA, 1925.

ANEXO

ANEXO A – Atividades Permitidas para o MEI

Ocupação	Subclasse (Na Tabela CNAE)	Denominação (Na Tabela CNAE)
Açougueiro	4722-9/01	Comércio Varejista de Carnes - Açougues
Adestrador de Animais	8011-1/02	Serviços de Adestramento de Cães de Guarda
	9609-2/03	Alojamento, Higiene e Embelezamento de Animais
Alfaiate	1412-6/02	Confecção, sob Medida, de Peças do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas
Alfaiate que Revende Artigos Ligados à sua Atividade	1412-6/02	Confecção, sob Medida, de Peças do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas
	4781-4/00	Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios
Alinhador de Pneus	4520-0/04	Serviços de Alinhamento e Balanceamento de Veículos Automotores
Amolador de Artigos de Cutelaria (Facas, Canivetes, Tesouras, Alicates Etc)	9529-1/99	Reparação e Manutenção de Outros Objetos e Equipamentos Pessoais e Domésticos não Especificados Anteriormente
Animador de Festas	9329-8/99	Outras Atividades de Recreação e Lazer não Especificadas Anteriormente
Artesão em Borracha	2219-6/00	Fabricação de Artefatos de Borracha não Especificados Anteriormente
Artesão em Cerâmica	2349-4/99	Fabricação de Produtos Cerâmicos Não refratários não Especificados Anteriormente
Artesão em Cortiça, Bambu e Afins	1629-3/02	Fabricação de Artefatos Diversos de Cortiça, Bambu, Palha, Vime e Outros Materiais Trançados, Exceto Móveis
Artesão em Couro	1529-7/00	Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente
Artesão em Gesso	2330-3/99	Fabricação de Outros Artefatos e Produtos de Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Materiais Semelhantes
Artesão em Madeira	1629-3/01	Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira, Exceto Móveis
Artesão em Mármore	2391-5/03	Aparelhamento de Placas e Execução de Trabalhos em Mármore, Granito, Ardósia e Outras Pedras
Artesão em Materiais Diversos	3299-0/99	Fabricação de Produtos Diversos não Especificados Anteriormente
Artesão em Metais	2599-3/99	Fabricação de Outros Produtos de Metal não Especificados Anteriormente
Artesão em Metais Preciosos	3211-6/02	Fabricação de Artefatos de Joalheria e Ourivesaria
Artesão em Papel	1749-4/00	Fabricação de Produtos de Pastas Celulósicas, Papel, Cartolina, Papel-Cartão e Papelão Ondulado não Especificados Anteriormente

Ocupação	Subclasse (Na Tabela CNAE)	Denominação (Na Tabela CNAE)
Artesão em Plástico	2229-3/99	Fabricação de Artefatos de Material Plástico para Outros Usos não Especificados Anteriormente
Artesão em Tecido	1359-6/00	Fabricação de Outros Produtos Têxteis não Especificados Anteriormente
Artesão em Vidro	2319-2/00	Fabricação de Artigos de Vidro
Astrólogo	9609-2/99	Outras Atividades de Serviços Pessoais não Especificadas Anteriormente
Azulejista	4330-4/05	Aplicação de Revestimentos e de Resinas em Interiores e Exteriores
Baby Siter	9609-2/99	Outras Atividades de Serviços Pessoais não Especificadas Anteriormente
Balanceador de Pneus	4520-0/04	Serviços de Alinhamento e Balanceamento de Veículos Automotores
Banhista de Animais Domésticos	9609-2/03	Alojamento, Higiene e Embelezamento de Animais
Bar (Dono de)	5611-2/02	Bares e Outros Estabelecimentos Especializados em Servir Bebidas
Barbeiro	9602-5/01	Cabeleireiros
Barqueiro	5099-8/99	Outros Transportes Aquaviários não Especificados Anteriormente
Barraqueiro	4712-1/00	Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Minimercados, Mercarias e Armazéns
Bikeboy (Ciclista Mensageiro)	5320-2/02	Serviços de Entrega Rápida
Bombeiro Hidráulico	4322-3/01	Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás
Boneleiro (Fabricante de Bonés)	1414-2/00	Fabricação de Acessórios do Vestuário, Exceto para Segurança e Proteção
Bordadeira sob Encomenda	1340-5/99	Outros Serviços de Acabamento em Fios, Tecidos, Artefatos Têxteis e Peças do Vestuário
Bordadeira sob Encomenda E/Ou que Vende Artigos de sua Produção	4781-4/00	Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios
	1340-5/99	Outros Serviços de Acabamento em Fios, Tecidos, Artefatos Têxteis e Peças do Vestuário
Borracheiro	4520-0/06	Serviços de Borracharia para Veículos Automotores
Borracheiro que Revende Artigos Ligados à sua Atividade	4520-0/06	Serviços de Borracharia para Veículos Automotores
	4530-7/05	Comércio a Varejo de Pneumáticos e Câmaras de ar
Cabeleireiro	9602-5/01	Cabeleireiros
Cabeleireiro que Revende	9602-5/01	Cabeleireiros

Ocupação	Subclasse (Na Tabela CNAE)	Denominação (Na Tabela CNAE)
Artigos Ligados à sua Atividade	4772-5/00	Comércio Varejista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal
Calafetador	4330-4/05	Aplicação de Revestimentos e de Resinas em Interiores e Exteriores
Caminhoneiro	4930-2/02	Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional
Capoteiro	4520-0/01	Serviços de Manutenção e Reparação Mecânica de Veículos Automotores
Carpinteiro sob Encomenda	4330-4/02	Instalação de Portas, Janelas, Tetos, Divisórias e Armários Embutidos de Qualquer Material
Carpinteiro sob Encomenda E/Ou que Vende Artigos de sua Produção	1622-6/99	Fabricação de Outros Artigos de Carpintaria para Construção
	4330-4/02	Instalação de Portas, Janelas, Tetos, Divisórias e Armários Embutidos de Qualquer Material
Carregador de Malas	9609-2/99	Outras Atividades de Serviços Pessoais não Especificadas Anteriormente
Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	5212-5/00	Carga e Descarga
Carroceiro	3811-4/00	Coleta de Resíduos Não perigosos
Cartazeiro	8299-7/99	Outras Atividades de Serviços Prestados Principalmente Às Empresas não Especificadas Anteriormente
Catador de Resíduos Recicláveis (Papel, Lata Etc.)	3811-4/00	Coleta de Resíduos Não perigosos
Chapeleiro	1414-2/00	Fabricação de Acessórios do Vestuário, Exceto para Segurança e Proteção
Chaveiro	9529-1/02	Chaveiros
	4744-0/01	Comércio Varejista de Ferragens e Ferramentas
Churrasqueiro Ambulante	5612-1/00	Serviços Ambulantes de Alimentação
Churrasqueiro em Domicílio	5620-1/04	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar
Cobrador (De Dívidas)	8291-1/00	Atividades de Cobranças e Informações Cadastrais
Colchoeiro	3104-7/00	Fabricação de Colchões
Colocador de Piercing	9609-2/99	Outras Atividades de Serviços Pessoais não Especificadas Anteriormente
Colocador de Revestimentos	4330-4/05	Aplicação de Revestimentos e de Resinas em Interiores e Exteriores
Confeccionador de Carimbos	8299-7/03	Serviços de Gravação de Carimbos, Exceto Confeção

Ocupação	Subclasse (Na Tabela CNAE)	Denominação (Na Tabela CNAE)
Confeccionador de Fraldas descartáveis	1742-7/01	Fabricação de Fraldas Descartáveis
Confeccionador de Instrumentos Musicais	3220-5/00	Fabricação de Instrumentos Musicais, Peças e Acessórios
Confeiteiro	4721-1/04	Comércio Varejista de Doces, Balas, Bombons e Semelhantes
Consertador de Eletrodomésticos	9521-5/00	Reparação e Manutenção de Equipamentos Eletroeletrônicos de Uso Pessoal e Doméstico
Costureira	1412-6/02	Confecção, sob Medida, de Peças do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas
Costureira que Revende Artigos Ligados à sua Atividade	1412-6/02	Confecção, sob Medida, de Peças do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas
	4781-4/00	Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios
Contador/Técnico Contábil	6920-6/01	Atividades de Contabilidade
Cozinheira	5620-1/04	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar
Criador de Animais Domésticos	0159-8/02	Criação de Animais de Estimação
Criador de Peixes	0321-3/04	Criação de Peixes Ornamentais em Água Salgada e Salobra
	0321-3/05	Atividades de Apoio à Aquicultura em Água Salgada e Salobra
	0322-1/04	Criação de Peixes Ornamentais em Água Doce
	0322-1/07	Atividades de Apoio à Aquicultura em Água Doce
	0322-1/99	Cultivos e Semicultivos Da Aquicultura em Água Doce Não Especificados Anteriormente
Crocheteira sob Encomenda	1412-6/01	Confecção de Peças de Vestuário, Exceto Roupas Íntimas e as Confeccionadas sob Medida
Crocheteira sob Encomenda E/Ou que Vende Artigos de sua Produção	1412-6/01	Confecção de Peças de Vestuário, Exceto Roupas Íntimas e as Confeccionadas sob Medida
	4781-4/00	Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios
Curtidor de Couros	1510-6/00	Curtimento e Outras Preparações de Couro
Dedetizador	8122-2/00	Imunização e Controle de Pragas Urbanas
Depiladora	9602-5/02	Outras Atividades de Tratamento de Beleza
Digitador	8219-9/99	Preparação de Documentos e Serviços Especializados de Apoio Administrativo não Especificados Anteriormente
Doceira	5620-1/04	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo

Ocupação	Subclasse (Na Tabela CNAE)	Denominação (Na Tabela CNAE)
		Domiciliar
Eletricista	4321-5/00	Instalação e Manutenção Elétrica
Encanador	4322-3/01	Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás
Engraxate	9609-2/99	Outras Atividades de Serviços Pessoais não Especificadas Anteriormente
Esteticista	9602-5/02	Outras Atividades de Tratamento de Beleza
Esteticista de Animais Domésticos	9609-2/03	Alojamento, Higiene e Embelezamento de Animais
Estofador	9529-1/05	Reparação de Artigos do Mobiliário
Fabricante de Produtos de Limpeza	2062-2/00	Fabricação de Produtos de Limpeza e Polimento
Fabricante de Velas Artesanais	3299-0/99	Fabricação de Produtos Diversos não Especificados Anteriormente
Ferreiro/Forjador	2543-8/00	Fabricação de Ferramentas
Ferramenteiro	2543-8/00	Fabricação de Ferramentas
Filmador	7420-0/04	Filmagem de Festas e Eventos
Fotocopiador	8219-9/01	Fotocópias
Fotógrafo	7420-0/01	Atividades de Produção de Fotografias, Exceto Aérea e Submarina
Fosseiro (Limpador de Fossa)	3702-9/00	Atividades Relacionadas a Esgoto, Exceto a Gestão de Redes
Funileiro / Lanterneiro	4520-0/02	Serviços de Lanternagem ou Funilaria e Pintura de Veículos Automotores
Galvanizador	2539-0/00	Serviços de Usinagem, Solda, Tratamento e Revestimento em Metais
Gesseiro	4330-4/03	Obras de Acabamento em Gesso e Estuque
Guincheiro (Reboque de Veículos)	5229-0/02	Serviços de Reboque de Veículos
Instrutor de Artes Cênicas	8592-9/02	Ensino de Artes Cênicas, Exceto Dança
Instrutor de Música	8592-9/03	Ensino de Música
Instrutor de Arte e Cultura em Geral	8592-9/99	Ensino de Arte e Cultura não Especificado Anteriormente
Instrutor de Idiomas	8593-7/00	Ensino de Idiomas
Instrutor de Informática	8599-6/03	Treinamento em Informática
Jardineiro	8130-3/00	Atividades Paisagísticas
Jornaleiro	4761-0/02	Comércio Varejista de Jornais e Revistas
Lapidador	3211-6/01	Lapidação de Gemas
Lavadeira de Roupas	9601-7/01	Lavanderias
Lavador de Carro	4520-0/05	Serviços de Lavagem, Lubrificação e Polimento de Veículos Automotores
Lavador de Estofado e Sofá	9609-2/99	Outras Atividades de Serviços Pessoais não Especificadas Anteriormente
Mágico	9329-8/99	Outras Atividades de Recreação e Lazer não Especificadas Anteriormente

Ocupação	Subclasse (Na Tabela CNAE)	Denominação (Na Tabela CNAE)
Manicure	9602-5/02	Outras Atividades de Tratamento de Beleza
Maquiador	9602-5/02	Outras Atividades de Tratamento de Beleza
Marceneiro sob Encomenda	3329-5/01	Serviços de Montagem de Móveis de Qualquer Material
Marceneiro sob Encomenda E/Ou que Vende Artigos de sua Produção	3101-2/00	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira
	3329-5/01	Serviços de Montagem de Móveis de Qualquer Material
Marmiteiro	5620-1/04	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar
Mecânico de Veículos	4520-0/01	Serviços de Manutenção e Reparação Mecânica de Veículos Automotores
Merceeiro	4712-1/00	Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Minimercados, Mercarias e Armazéns
Mergulhador (Escafandrista)	7490-1/02	Escafandria e Mergulho
Motoboy	5320-2/02	Serviços de Entrega Rápida
Mototaxista	4923-0/01	Serviço de Táxi
Moveleiro	3103-9/00	Fabricação de Móveis de Outros Materiais, Exceto Madeira e Metal
	3102-1/00	Fabricação de Móveis com Predominância de Metal
	3101-2/00	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira
Oleiro	2342-7/02	Fabricação de Artefatos de Cerâmica e Barro Cozido para uso na Construção, Exceto Azulejos e Pisos
Ourives sob Encomenda	9529-1/06	Reparação de Joias
Ourives sob Encomenda E/Ou que Vende Artigos de sua Produção	9529-1/06	Reparação de Joias
	3211-6/02	Fabricação de Artefatos de Joalheria e Ourivesaria
Padeiro	1091-1/00	Fabricação de Produtos de Panificação
Panelheiro (Reparador de Panelas)	9529-1/99	Reparação e Manutenção de Outros Objetos e Equipamentos Pessoais e Domésticos não Especificados Anteriormente
Passadeira	9601-7/01	Lavanderias
Pedicure	9602-5/02	Outras Atividades de Tratamento de Beleza
Pedreiro	4399-1/03	Obras de Alvenaria
Pescador	0311-6/04	Atividades de Apoio à Pesca em Água Salgada
	0312-4/03	Coleta de Outros Produtos Aquáticos de Água Doce
	0312-4/04	Atividades de Apoio à Pesca em Água Doce
Peixeiro	4722-9/02	Peixaria

Ocupação	Subclasse (Na Tabela CNAE)	Denominação (Na Tabela CNAE)
Pintor	4330-4/04	Serviços de Pintura de Edifícios em Geral
Pipoqueiro	5612-1/00	Serviços Ambulantes de Alimentação
Pirotécnico	2092-4/02	Fabricação de Artigos Pirotécnicos
Pizzaiolo em Domicílio	5620-1/04	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar
Poceiro (Cisterneiro, Cacimbeiro)	4399-1/05	Perfuração e Construção de Poços de Água
Professor Particular	8599-6/99	Outras Atividades de Ensino não Especificadas Anteriormente
Promotor de Eventos	8230-0/01	Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas
Quitandeiro	5612-1/00	Serviços Ambulantes de Alimentação
Redeiro	1353-7/00	Fabricação de Artefatos de Cordoaria
Relojoeiro	9529-1/03	Reparação de Relógios
Reparador de Instrumentos Musicais	9529-1/99	Reparação e Manutenção de Outros Objetos e Equipamentos Pessoais e Domésticos não Especificados Anteriormente
Rendeira	1359-6/00	Fabricação de Outros Produtos Têxteis não Especificados Anteriormente
Restaurador de Livros	9529-1/99	Reparação e Manutenção de Outros Objetos e Equipamentos Pessoais e Domésticos não Especificados Anteriormente
Restaurador de Obras de Arte	9002-7/02	Restauração de Obras de Arte
Salgadeira	5620-1/04	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar
Sapateiro sob Encomenda	9529-1/01	Reparação de Calçados, de Bolsas e Artigos de Viagem
Sapateiro sob Encomenda e/ou que Vende Artigos de sua Produção	9529-1/01	Reparação de Calçados, de Bolsas e Artigos de Viagem
	1531-9/01	Fabricação de Calçados de Couro
Seleiro	1529-7/00	Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente
Serigrafista	1813-0/99	Impressão de Material para Outros Usos
Serralheiro	2512-8/00	Fabricação de Esquadrias de Metal
	2542-0/00	Fabricação de Artigos de Serralheria, Exceto Esquadrias
Sintequeiro	4330-4/05	Aplicação de Revestimentos e de Resinas em Interiores e Exteriores
Soldador / Brasador	2539-0/00	Serviços de Usinagem, Solda, Tratamento e Revestimento em Metais
Sorveteiro Ambulante	5612-1/00	Serviços Ambulantes de Alimentação

Ocupação	Subclasse (Na Tabela CNAE)	Denominação (Na Tabela CNAE)
Sorveteiro em Estabelecimento Fixo	4729-6/99	Comércio Varejista de Produtos Alimentícios em Geral ou Especializado em Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente
Tapeceiro	1359-6/00	Fabricação de Outros Produtos Têxteis não Especificados Anteriormente
Tatuador	9609-2/99	Outras Atividades de Serviços Pessoais não Especificadas Anteriormente
Taxista	4923-0/01	Serviço de Táxi
Tecelão	1322-7/00	Tecelagem de Fios de Fibras Têxteis Naturais, Exceto Algodão
Telhador	4399-1/99	Serviços Especializados para Construção não Especificados Anteriormente
Torneiro Mecânico	2539-0/00	Serviços de Usinagem, Solda, Tratamento e Revestimento em Metais
Tosador de Animais Domésticos	9609-2/03	Alojamento, Higiene e Embelezamento de Animais
Tosquiador	0162-8/02	Serviço de Tosquiamento de Ovinos
Transportador de Escolares	4924-8/00	Transporte Escolar
Tricoteira sob Encomenda	1412-6/01	Confecção de Peças de Vestuário, Exceto Roupas Íntimas e as Confeccionadas sob Medida
Tricoteira sob Encomenda E/Ou que Vende Artigos de sua Produção	1412-6/01	Confecção de Peças de Vestuário, Exceto Roupas Íntimas e as Confeccionadas sob Medida
	4781-4/00	Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios
Vassoureiro	3291-4/00	Fabricação de Escovas, Pincéis e Vassouras
Vendedor de Laticínios	4721-1/03	Comércio Varejista de Laticínios e Frios
Vendedor Ambulante de Produtos Alimentícios	5612-1/00	Serviços Ambulantes de Alimentação
Vendedor de Bijuterias e Artesanatos	4789-0/01	Comércio Varejista de Suvenires, Bijuterias e Artesanatos
Vendedor de Cosméticos e Artigos de Perfumaria	4772-5/00	Comércio Varejista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal
Vendeiro (Secos e Molhados)	4712-1/00	Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Minimercados, Mercarias e Armazéns
Verdureiro	4712-1/00	Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Minimercados, Mercarias e Armazéns
Vidraceiro	4330-4/99	Outras Obras de Acabamento da Construção
Vinagreiro	1099-6/01	Fabricação de Vinagres